

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

**Prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma
universidade particular de Curitiba-PR**

Curitiba
2019

GRASIELE ROSVADOSKI DA SILVA

**Prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos em
uma universidade particular de Curitiba-PR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação de Psicologia, Área de Concentração Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Dr.^a Maria Cristina Antunes

Curitiba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

S586 Silva, Grasielle Rosvadoski da.

Prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma universidade particular de Curitiba-PR / Grasielle Rosvadoski da Silva; orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Antunes.

131f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

1. Violência. 2. Mulher. 3. Parceiros íntimos. 4. Gênero. 5. Prevenção. I. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Mestrado em Psicologia. II. Título.

CDD – 362.8292

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

Nome: SILVA, Grasielle Rosvadoski da

Título: Prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma universidade particular de Curitiba-PR

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação de Psicologia, Área de Concentração Psicologia Social Comunitária da Universidade Tuiuti como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Como começar a agradecer essa oportunidade? Talvez o que mais se aproxime seja a palavra gratidão. Gratidão pela vida, pela saúde e pela presença divina e do amor em cada um nós. Gratidão pelos meus familiares que puderam estar comigo nesse processo, e também por entenderem a minha ausência nesses dois anos e meio, pois as mudanças e a distância nos impediram de estar mais com vocês. Gratidão à minha orientadora, Dr.^a Maria Cristina Antunes, por se fazer presente neste momento de conhecimento, sabedoria, e pela oportunidade de aproveitar toda sua intelectualidade para a conclusão da dissertação, bem como dos estudos realizados. Gratidão aos padres José Alir Moreira e José Werth, pela abertura para a realização do projeto piloto nas comunidades Pantanal e São Carlos, bem como pela disponibilidade e confiança no trabalho desenvolvido. Gratidão às participantes das oficinas na Universidade escolhida para intervenção – vocês, mulheres, me fizeram mais humana, mais feminina, e me fizeram acreditar que tudo é possível quando colocamos nossa essência neste nosso caminhar. Enfim, gratidão a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para realização deste mestrado.

Gratidão!

*A todas as mulheres que vieram
antes de mim, e por todas que
ainda virão
(autor desconhecido)*

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi elaborar e avaliar oficinas como ferramentas para programa de prevenção de violência contra a mulher, imposta por parceiros íntimos. A amostra utilizada foi constituída por alunas de uma universidade particular em Curitiba-PR. As oficinas desenvolveram-se em seis encontros sobre normas de gênero, sexualidade, violência doméstica familiar, tipos de violência, e rede de apoio. As intervenções foram gravadas e descritas em seu conteúdo. Quantitativamente, a avaliação foi feita pela aplicação de um questionário em dois grupos de mulheres, no intuito de comparar resultados entre as 30 mulheres que participaram das oficinas e 22 mulheres que não participaram. Os questionários foram aplicados em dois momentos, antes e após as oficinas. Os instrumentos de pesquisa abordaram dados sociodemográficos, classificação social, crenças sobre a violência, normas de gênero, empoderamento de gênero, sexualidade, empoderamento da sexualidade, violência doméstica familiar, estratégias de resolução para conflitos, tipos de violência, busca por ajuda e rede de apoio. Os resultados quantitativos foram analisados com a utilização do software SPSS, utilizando-se de testes não paramétricos. O escore do grupo Intervenção melhorou no inventário de crenças sobre a violência, quando comparado ao grupo Controle. Também houve diferenças significativas na percepção das violências psicológicas no pré e pós-intervenção. Tais resultados apontam para a importância da adoção de uma prática baseada nos fundamentos da Psicologia Social Comunitária, para o combate à desinformação, para o reconhecimento do fenômeno da violência e para o desenvolvimento de novas percepções e posturas. Qualitativamente, a análise das oficinas trata dos *insights* do grupo com relação a tradição familiar e social como elementos perpetuadores da cultura do patriarcado e limitadores dos horizontes femininos. Também foram descritas fragilidades encontradas pelas pesquisadas, bem como na rede de proteção à mulher.

Palavras-chave: Violência, mulher, parceiros íntimos, gênero, prevenção.

ABSTRACT

The overall objective of this research was to design and evaluate workshops as tools for intimate partner violence prevention programs against women. The sample consisted of students from a private university in Curitiba-PR. The workshops were held in six meetings on gender norms, sexuality, family domestic violence, types of violence, and support network. The interventions were recorded and described in their content. Quantitatively, the assessment was made by applying a questionnaire to two groups of women, in order to compare results between the 30 women who participated in the workshops and 22 women who did not participate. The questionnaires were applied at two times, before and after the workshops. Research tools address socio-demographic data, social classification, beliefs about violence, gender norms, gender empowerment, sexuality, sexuality empowerment, family domestic violence, conflict resolution strategies, types of violence, seeking help, and networking. of support. Quantitative results were analyzed using SPSS software using non-parametric tests. The "intervention" group score improved in the inventory of beliefs about violence when compared to the control group. There were also significant differences in the perception of psychological violence before and after the intervention. These results point to the importance of adopting a practice based on the foundations of Community Social Psychology, to combat misinformation, to recognize the phenomenon of violence, and to develop new perceptions and attitudes. Qualitatively, the workshop analysis treats the group's insights into family and social tradition as perpetuating elements of patriarchy culture and limiting women's horizons. Weaknesses found by the women in the women's protection network were also described, as well as the important finding that women are co-responsible for violence.

Key words: Violence, woman, intimate partners, gender, prevention.

APRESENTAÇÃO

No final da minha graduação de Psicologia, em 2012, na Faculdade Guairacá, em Guarapuava-PR, já estava presente na minha vida o tema da violência – no programa de estágio da graduação, ora realizado na II Vara Criminal do Fórum em Guarapuava, onde trabalhávamos com a recuperação dos agressores, e na Delegacia da Mulher, praticando o acolhimento às vítimas que procuravam esse órgão para prestar queixas.

A ideia de continuar os estudos e obter o título de Mestre já era um sonho presente, sonho que só fez crescer durante minha vida profissional como psicóloga clínica no seminário diocesano de Guarapuava-PR, Francisco Beltrão-PR e Cascavel-PR.

Na docência, iniciei as minhas atividades na Unifebe (Centro Universitário de Brusque) lecionando Psicologia Analítica ou Junguiana, e então a vida acadêmica passou a ficar ainda mais próxima da minha realidade. Participei de cursos, congressos e especialização durante esse período.

Finalmente, por intermédio de duas amigas, Albertina Laufer e Sonia Lyra, tomei conhecimento do programa de Mestrado em Psicologia Social Comunitária na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Curitiba-PR. A alegria de estar próxima da realização daquele sonho do Mestrado bateu à minha porta, quando soube dos resultados da classificação do programa, e a certeza de que um novo ciclo importante da minha vida se iniciava em Curitiba, quando coincidentemente fui desligada de minhas atividades profissionais em Guarapuava/PR.

Sob a orientação de Maria Cristina Antunes, o tema da violência contra a mulher novamente me escolheu e de pronto aceitei o desafio, pois se tratava de um dos temas mais indispensáveis à construção social dos significados acerca do que é ser mulher.

À parte da discussão teórica de pontos relevantes desse tema, este trabalho traz a proposição de um modelo de intervenção simples e objetivo, que possa ser atuante na prevenção da violência contra a mulher, por meio da conscientização de seu corpo, dos problemas referentes às questões sociais de gênero e da classificação dos modos de violência. As oficinas foram realizadas com 30 participantes e os resultados obtidos foram analisados qualitativamente, através dos discursos das participantes do grupo. Para a constatação da eficiência das intervenções, foi realizada também a comparação quantitativa entre questionários aplicados antes e depois às participantes das oficinas bem como a um grupo de 22 mulheres que não participaram das oficinas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Evolução dos homicídios de mulheres, nas UFs com as maiores taxas em 2016 e no Brasil. Taxa por 100 mil mulheres (2006-2016)	15
FIGURA 2	Evolução dos homicídios de mulheres, nas UFs com as menores taxas em 2016 e no Brasil. Taxa por 100 mil mulheres (2006-2016).....	16

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Intervenções.....	43
QUADRO 2	Primeira Oficina.....	53
QUADRO 3	Segunda Oficina.....	54
QUADRO 4	Terceira Oficina.....	55
QUADRO 5	Quarta Oficina.....	56
QUADRO 6	Quinta Oficina.....	57
QUADRO 7	Sexta Oficina.....	58
QUADRO 8	Categorias de discurso das oficinas.....	58
QUADRO 9	Subcategorias de “Tradição e desinformação”	59
QUADRO 10	Subcategoria de “Fragilidades da rede de proteção”	66
QUADRO 11	Subcategoria de “A mulher como corresponsável pela violência”	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) dados sócio-demográficos.....	67
Tabela 02	Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) para família e experiência sexual.....	69
Tabela 03	Apresentação das respostas (abertas) sobre o motivo para o término da relação anterior.....	70
Tabela 04	Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) para aspectos religiosos.....	71
Tabela 05	Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) Quanto ter presenciado a violência e quanto ao sentimento de naturalização da violência.....	73
Tabela 06	Distribuição dos percentuais da amostra (n=57) Quanto a ter sofrido algum tipo de violência.....	74
Tabela 07	Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) quanto a vontade, reação e iniciativa em buscar recursos disponíveis contra a violência.....	77
Tabela 08	Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) quanto a informação dos recursos disponíveis contra a violência.....	79
Tabela 09	Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) Quanto aos sentimentos de vergonha, culpa e capacidade de pedir ajuda.....	80
Tabela 10	Teste do Qui-Quadrado para associação entre ter presenciado violência na infância e ter sofrido violência física, Psicológica, Sexual, Patrimonial e Moral (n=52).....	81
Tabela 11	Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) Quanto ao sentimento de segurança pessoal e dos filhos.....	82
Tabela 12	Comparação dos escores da escala de Crenças sobre a violência.....	83
Tabela 13	Teste de Wilcoxon para duas amostras relacionadas (n=30) para verificação de evoluções no grupo intervenção, para frequência de violência psicológica.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Gênero.....	19
1.2. Violência contra a mulher.....	26
1.3. Psicologia Social Comunitária	34
1.4. Problemas na integralidade dos cuidados.....	36
2. OBJETIVOS.....	46
3. MÉTODO.....	47
3.1. Participantes.....	47
3.2. Instrumentos.....	48
3.3. Estudo piloto	49
3.4. Procedimentos	49
3.5. Análise dos dados.....	51
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OFICINAS.....	52
4.1. Intervenções	53
4.2. A limitação da identidade pela lógica sexista.....	59
4.3. A responsabilidade exclusiva sobre as atividades domésticas.....	61
4.4. O desmerecimento da mulher no ambiente de trabalho.....	63
4.5. O despreparo e/ou descaso dos órgãos oficiais.....	66
5. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	67
5.1 Caracterização das participantes.....	67
5.2 As mulheres que já sofreram algum tipo de violência.....	77
5.3 Avaliação das intervenções.....	83
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS.....	104

1. INTRODUÇÃO

A violência perpassa a história da humanidade como um fenômeno social, econômico e cultural, que se origina em relações de desigualdade de poder e produz frutos danosos nas nações, no homem e na natureza (Moreira; Boris, & Venâncio, 2011). A violência transpassa os âmbitos político, cultural e educacional, interferindo diretamente nas relações familiares e interpessoais. Suas manifestações podem ser de ordem física, psicológica, moral, sexual, simbólica ou patrimonial (Moreira et al., 2011).

No que diz respeito às perspectivas históricas e sociais, percebe-se que a violência apresenta variações, sendo um dos aspectos sociais passíveis de influências de acordo com a cultura de cada país, estado e cidade, bem como de acordo com valores religiosos e morais, os quais têm grande interferência na construção de conceitos da moral e da ética de cada povo. Porém, mesmo diante de tantos contextos culturais, alguns aspectos socioculturais permitem a sua caracterização – a exemplo disso, os valores de uma cultura do patriarcado que institucionalizam e naturalizam o uso da violência como um atributo masculino (Lucena, Silva, Moraes, Silva, & Bezerra, 2012).

As manifestações de violência masculina, fazendo uso da intimidação, bem como da força física, para dominar e subjugar a mulher evidenciam as influências dessa cultura patriarcal, que, nascida em outros momentos e circunstâncias sócio-históricas, ainda está refletida nos dias e contextos atuais (Minayo & Souza, 2003).

A violência, em termos gerais, pode ser definida como o

uso da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002, p. 5).

Quanto à violência por parceiro íntimo, esta é definida como todo “comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (Krug et al., 2002, p.11). Embora na maioria das vezes a violência por parceiro íntimo seja cometida por homens contra meninas e mulheres, ela pode também ser “perpetrada por mulheres contra homens e pode ocorrer no âmbito de relações com o mesmo sexo” (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2012, p.11).

Habitualmente, a violência perpetrada por parceiro íntimo é compreendida como violência de gênero, e esta se configura pela relação de poder e posse do homem sobre a mulher, provinda principalmente da cultura patriarcal, em que homem exerce o poder e a autoridade, e a mulher encontra-se na condição de submissão (Moreira et al., 2011).

De acordo com o Relatório mundial sobre violência e saúde (Krug et al., 2002), alguns comportamentos são presentes em ocorrências de violência de gênero:

Atos de agressão física – tais como estapear, socar, chutar e surrar. · Abuso psicológico – tais como intimidação, constante desvalorização e humilhação. · Relações sexuais forçadas e outras formas de coação sexual. · Vários comportamentos controladores – tais como isolar a pessoa de sua família e amigos, monitorar seus movimentos e restringir seu acesso às informações ou à assistência (p. 91).

A violência de gênero, de modo particular, ocorre na relação entre os parceiros íntimos, destacando-se pelo fato de colocar a mulher numa instância de submissão, subordinação e controle, garantindo cada vez mais a supremacia do homem. Essa realidade se constitui pela violação dos direitos e liberdades fundamentais das mulheres, motivo pelo qual se negligencia ou se criam barreiras para a sua emancipação. Possui caráter individual, porém acaba se tornando um problema público, uma vez que tem efeitos sobre a estabilidade econômica dos povos e também porque fere o princípio da igualdade de oportunidades referenciado pelas sociedades democráticas (Bigliardi, Antunes, & Wanderbroocke, 2016).

O fenômeno da violência contra as mulheres – e, de modo específico, aquela causada por parceiros íntimos – é frequente em diversas culturas e compreende-se que

reproduz as relações assimétricas de poder dos homens sobre as mulheres. Nesse sentido, está relacionado não somente ao âmbito das questões de gênero vigentes na sociedade, mas vem acompanhado da violação dos direitos humanos das mulheres (Moreira et al., 2011).

A violência contra a mulher ocorre predominantemente nos espaços domésticos e, por sua incidência epidêmica, acaba por disseminar a ideia de normalidade. Passa a ser tolerada, uma vez que pensada pela ideologia da supremacia masculina, ou seja, da compreensão fundante de macho violento, cuja virilidade se apodera do corpo, dos sonhos e desejos do outro – no caso, a mulher (Minayo, 2005).

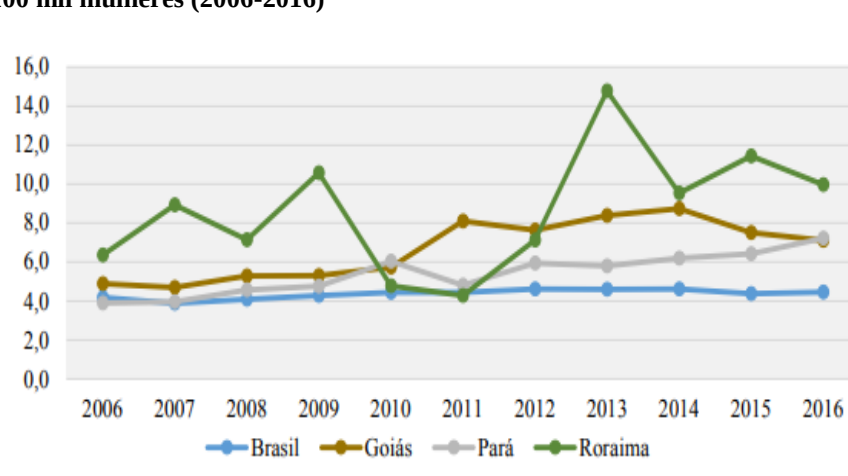
A incidência da violência contra a mulher possui um impacto em seu contexto privado e público, podendo acarretar prejuízos físicos e psicológicos severos ou moderados, permanentes ou temporários, ou, ainda, causar a morte ou doenças mentais. De acordo com Krug et al. (2002), o histórico de ter sido vítima de violência é um fator de risco determinante para o surgimento de “depressão; tentativas de suicídio; síndromes de dor crônica; distúrbios psicossomáticos; lesão física; distúrbios gastrintestinais; síndrome de intestino irritável; diversas consequências na saúde reprodutiva” (p.102), além do fato de provocar um número alarmante de mortes.

No Brasil, observa-se um crescimento nos índices de assassinatos de mulheres nas últimas décadas, sendo que em 1980 o país ocupava a 7ª colocação entre 84 países. No mapa da violência correspondente aos anos de 1980 a 2010, encontra-se o registro de mais de 92 mil mulheres assassinadas no Brasil. O âmbito doméstico foi onde ocorreu a maior parte das situações de violência sofridas pelas mulheres, sendo que em 70% dos registros o local do incidente foi a própria casa da vítima (Waiselfisz, 2012).

No período entre 2006 e 2016, houve um aumento de 6,4% no índice de assassinato de mulheres. Em 2015, o Brasil ocupava a 5ª posição entre os países com

maior índice de homicídios femininos, com 4.762 mulheres assassinadas. Em 2016, foram assassinadas 4.645 mulheres, com taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres. Existe, ainda, uma variação significativa nos índices de feminicídio, se considerados por estados. Nesse ponto, os estados de Goiás, Pará e Roraima foram os que obtiveram índices superiores à média brasileira de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2018). Roraima obteve o maior índice, com 10 /100.000 para o ano de 2016, seguido do estado do Pará, com 7,2 /100.000, e do estado de Goiás, com 7,1/100.000, conforme a figura 1.

Figura 1.
Evolução dos homicídios de mulheres, nas UF's com as maiores taxas em 2016 e no Brasil. Taxa por 100 mil mulheres (2006-2016)

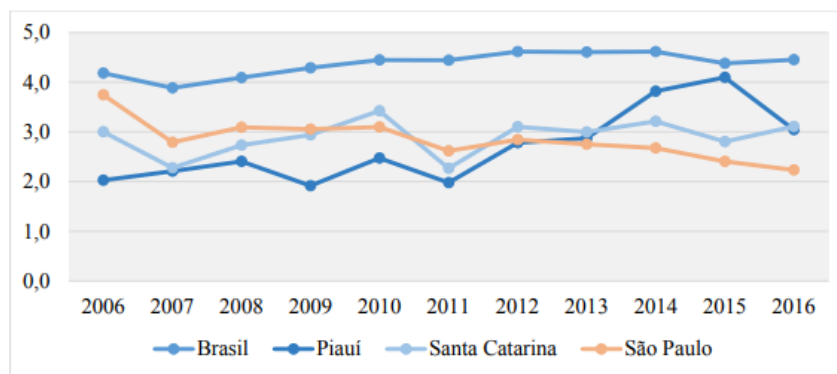


Fonte: Ipea & FBSP (2018, p. 45).

A Figura 2 apresenta os três estados com menores índices de homicídio de mulheres no país, na década compreendida entre 2006/2016. Dentre eles encontra-se São Paulo, com uma taxa de 2,2/100.000 em 2016, registrando uma queda de 40,4% na incidência de homicídios de mulheres durante o período. O Piauí, com uma taxa de 3,0/100.000 em 2016, apesar de estar entre os estados com menores índices, apresentou aumento de 50% na taxa de homicídios femininos durante o período. Santa Catarina foi,

dentre os três estados, o que apresentou menor variação ao longo do período, com uma taxa de homicídios femininos de 3,1/100.000 no ano de 2016.

Figura 2.
Evolução dos homicídios de mulheres, nas UF's com as menores taxas em 2016 e no Brasil. Taxa por 100 mil mulheres (2006-2016)



Fonte: Ipea & FBSP (2018, p. 46).

Embora esses índices se refiram a assassinatos de mulheres, não se pode dizer que todos tenham sido feminicídios, uma vez que “a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não fornece informação sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime” (Ipea & FBSP, 2018, p. 47).

A violência contra a mulher perpassa todas as classes e segmentos sociais, e “a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual” (Ipea & FBSP, 2018, p. 47). Dentre as formas de violência sofridas pelas mulheres, a violência sexual praticada por parceiro íntimo, assim como seus impactos, é subestimada, em decorrência de sua natureza (OMS, 2012).

As consequências da violência sofrida pela mulher manifestam-se em agravos biológicos, psicológicos, morais e sociais, impedindo que as mulheres vivenciem a igualdade humana e social de forma plena (Rosa, Ramos, Melo, & Melo, 2013). A persistência e as múltiplas formas de expressão da violência contra a mulher ao longo da

história mostram a importância do tema e a necessidade de se investigar como essa prática interfere em todo o curso da vida das mulheres que dela são vítimas, em todas as suas dimensões (Rosa et al., 2013).

A violência pode causar sérios danos e incapacidades físicas permanentes ou até levar a óbito, bem como levar a problemas psicológicos. Os fatores de risco em relação a violência sexual estão relacionados à baixa escolaridade, à pobreza, e ao uso de álcool. A notificação compulsória, e sua obrigatoriedade em setores de atendimento de saúde públicos e privados, é importante, pois todos precisam estar atentos e envolvidos nesse processo de conhecimento das agressões provocadas por parceiros íntimos (Rosa et al., 2013).

A violência contra a mulher é compreendida, em inúmeros países, como um problema de saúde pública, além de ser violação de direitos humanos e, a exemplo do Brasil, considerada crime. Dessa forma, é necessário que existam políticas de intervenção social e ações intersetoriais e interdisciplinares em relação ao tema (Rosa et al., 2013), sendo que muitas mortes podem ser evitadas com ações concretas que possibilitem à mulher encontrar apoio para sair de uma relação violenta (Ipea & FBSP, 2018). Por ser um fenômeno social, que impacta diretamente no contexto da saúde, e para o seu enfrentamento, são necessárias políticas públicas com ações programáticas que contemplem mudanças emergentes necessárias para a transformação social. O desenvolvimento dessas ações compete ao Estado e envolve um fluxo de decisões públicas cuja destinação requer certas modificações das realidades. Essas ações são norteadas pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão (Saravia, 2006).

Desse modo, sendo um sistema de decisões públicas, as políticas visam ações de caráter preventivo ou corretivo e são compostas de objetivos e estratégias de atuação,

bem como da alocação dos recursos necessários para atingir cada uma das finalidades. São consideradas ações estatais porque, na qualidade de sujeito ativo que as planeja e as coordena, o Estado também possui a competência da sua execução, ainda que as delegue à sociedade civil (ONGs). Possuem sempre cunho modificativo em relação às situações de vulnerabilidade de determinados segmentos da sociedade. Logo, devido ao seu caráter de intervenção, devem possuir uma meta a ser alcançada ou aferida (Saravia, 2006).

A partir da criação e efetivação da Lei 11.340 (Lei “Maria da Penha”), surgiu a possibilidade da criação de mecanismos voltados à redução, prevenção e punição de qualquer violência doméstica e familiar dirigida contra a mulher (Brasil, 2006). Em decorrência dessa Lei, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, 2011) ganhou impulso por meio de um acordo entre os governos federal, estaduais e municipais. Com isso, o planejamento das ações de prevenção, para o atendimento da população alvo, passou a ser conjunto.

Para melhor compreender esse fenômeno, foi feita uma busca de pesquisas realizadas no período de 2013 a 2017, publicadas nas bases de dados Bireme, Scielo, Lilacs, Revistas Científicas e Ministério da Saúde (Brasil). Foram utilizadas como palavras-chave: “violência contra a mulher”; “violência” e “gênero”; “violência” e “parceiros íntimos”.

Esta pesquisa apresenta um sistema de oficinas preventivas norteadas pelas Teorias da Psicologia Social Comunitária, que abordam as temáticas sobre a violência contra a mulher, praticada por parceiros íntimos, para um grupo de estudantes de uma universidade particular de Curitiba-PR.

1.1. Gênero

O conceito de gênero refere-se essencialmente às diferenças entre os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, e às diferenças de poder entre homens e mulheres que caracterizam relações assimétricas entre os sexos masculino e feminino, em que a mulher ocupa sempre o papel de subordinação ao homem Butler (2008).

O gênero “nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, ... estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, éticas, sexuais e religiosas de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2008, p. 20).

De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero tem como ponto de partida a estrutura social e a forma como as relações de poder se estabelecem na cultura do patriarcado, pois esta possibilita o controle e o acesso de maneira diferenciada de homens e mulheres às fontes materiais e simbólicas. Dessa forma, o gênero atribui significados à relação de poder entre os sexos, e faz parte da concepção bem como da construção das relações de poder.

Para discutir o conceito de gênero, tomaremos como marco inicial Roma na Idade Antiga, onde a mulher era vista legalmente como pessoa incapaz ou, ainda pior, como propriedade de um homem. Nascia como propriedade de seu pai e após o casamento passava a ser propriedade do marido ou sogro, não sendo percebida como detentora de autonomia em nenhum momento da sua vida (Engels, 1884/1984). A atribuição de pretensa inferioridade feminina por parte de uma sociedade de prevalência masculina perpetuou a condição do subdesenvolvimento intelectual às pessoas do sexo feminino por vários séculos, sendo essa questão corroborada pelo modo de vida do patriarcado e, por vezes, ignorada ou negligenciada pelo próprio público feminino da época.

A exemplo disso, a literatura da Idade Média até meados do século XX apresenta poucos registros que façam apontar para uma realidade diferente. Exceções a essa regra encontram-se em obras de mulheres como Christine de Pisan (1364-1430), autora do livro *Trois vertus* (Três virtudes) (Neri, 2013), e em trabalhos do século XVII como *Merito delle donne* (Valor da mulher), escrito por Moderata Fonte, e *La nobiltà e l'eccellenza delle donne* (A nobreza e a excelência da mulher), escrito por Lucrezia Marinelli. Três títulos de autoria de Arcângela Tarabotti, também do século XVII, podem ser unidos a esse escasso conjunto de obras: *Antisatira* (Antissátira), *Difesa delle donne contro Horatio Plata* (Defesa da mulher contra Horácio Prata) e *La tirannia paterna* (A tirania paterna) (Pinho, 2005).

Demonstrando que alguns autores do sexo masculino também expressavam simpatia às expressões da oprimida classe feminina na Idade Média, tem-se a obra *De l'égalité des deux sexes* (Da igualdade dos sexos), do escritor francês François Poullain de La Barre, escrita em 1673 (Pinho, 2005). Porém, o primeiro registro de um homem defendendo a causa da valorização feminina na Idade Média está na obra *De nobilitate et praecellentia foeminei sexus* (Da nobreza e excelência do sexo feminino), escrita em 1529 pelo alemão renascentista Heinrich Cornelius Agrippa von Nettesheim. O Autor “defende a igualdade entre homem e mulher em todos os sentidos, possuindo a mesma dignidade, razão e alma, diferenciando-se apenas quanto ao sexo” (P. R. S. Oliveira, 2017, p. 7).

O iluminismo (1715) contribuiu bastante para a obtenção de maior liberdade intelectual feminina, incentivando a produção de obras com grande repercussão para a época, como *Uma defesa dos direitos da mulher* (1790), da autora inglesa Mary Wollstonecraft, e a *Declaração dos direitos da mulher e cidadã* (1791), da autora francesa Olympe de Gouges (Pinho, 2005).

Outra obra a ser destacada no contexto das conquistas dos ideais femininos anteriores à organização dos ditos movimentos feministas do século XX é *The subjection of women*, do inglês John Stuart Mill. O autor propunha o fim das desigualdades sociais entre homens e mulheres, comparando o jugo sofrido pelo sexo feminino à escravidão: “oprimidas pelo sexo oposto, a saber, as mulheres continuavam sendo vistas como seres inferiores e sem autonomia não só no âmbito público, mas também no âmbito privado” (M. A. S. Oliveira, 2013, p. 494).

Diante de mudanças abruptas das relações sociais na sociedade capitalista, a Europa vislumbrou o surgimento de uma nova realidade no final do século XIX e início do século XX. Urgia a necessidade da organização das mulheres para a garantia “dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, . . . direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança” (Pedro, 2005, p. 79). A esse movimento se dá o nome de feminismo de “primeira onda”:

Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufrágismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das **mulheres brancas de classe média**, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento [grifo nosso] (Louro, 1997, p. 15).

Nos anos compreendidos entre as duas grandes guerras mundiais, houve percepções no sentido do avanço da autonomia feminina e diminuição das hierarquias dos papéis relativos a homens e mulheres. Porém, logo após a Segunda Guerra, ficou verificado o caráter provisório das mudanças evidenciadas nesse período (Thébaud, 1995).

O ressurgimento do movimento feminista, denominado “Segunda Onda”, se dá a partir da Segunda Guerra e traz como centro da reivindicação o direito ao corpo e ao prazer (Pedro, 2005). Nesse período, obras como *O segundo sexo*, de Simone de

Beauvoir (1949), e *A mística feminina*, de Betty Friedan (1963), entoavam uma nova etapa dos movimentos feministas, que buscavam reafirmar a identidade feminina, separando-a do universo do homem, da imposição da sociedade patriarcal. Até aqui, a expressão “gênero” ainda não era de uso no discurso feminista; a palavra utilizada para diferenciar o universo feminino do masculino era “mulher” (Pedro, 2005).

O que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal, em nossa sociedade, é masculino, e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino. Assim, o que o movimento reivindicava o fazia em nome da “Mulher”, e não do “Homem”, mostrando que o “homem universal” não incluía as questões que eram específicas da “mulher”. (Pedro, 2005, p. 80).

Logo, nota-se que a chamada “Segunda Onda” do feminismo foi um marco para a destruição da “invisibilidade” feminina e a afirmação de uma nova condição da mulher. Mesmo que ainda haja um percurso longo a caminhar, é inegável a efervescência desse momento histórico, marcado por protestos e marchas, bem como por livros, jornais, revistas, publicações científicas das mais diversas áreas, trazendo à luz expressivos conhecimentos, dando início, desta forma, aos estudos da mulher (Louro, 1997).

A “Terceira Onda” do feminismo se deu a partir da década de 1980, sob a influência do pós-modernismo ocidental.

As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida . . . passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo. . . . Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. **Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero.** [grifo nosso] (Narvaz & Koller, 2006, p. 649).

No campo da antropologia também houve significativas contribuições para a construção do que hoje entendemos como gênero. Marcel Mauss (1872-1950), antropólogo francês, descreve o corpo humano composto de três bases distintas: a

biológica, a psicológica e a social. Em estudo realizado em 1935 e publicado após a sua morte (1950), o autor demonstra que a esfera social é a resultante do modo pelo qual as culturas reproduzem-se nos corpos, por repetição e inculcamento, fazendo que indivíduos imitem os gestos de outros indivíduos que exercem alguma autoridade sobre eles, ou seja, outros seres que lhes sirvam de referência. O processo dessa repetição não é consciente, tampouco seus ensinamentos são explícitos. A aquisição de tais hábitos é fruto de uma “inculcação no corpo, por meio da qual se internalizam e se tornam inconscientes a incorporação de valores, de aparatos simbólicos, de modelos e práticas moldadas segundo estruturas sociais” (Shimoda, 2013, p. 2).

Dessa forma, o autor tenta opor-se às demais teorias antropológicas da época, que justificavam variações nas habilidades dos indivíduos apenas por características biológicas, trazendo à discussão os conteúdos construídos socialmente (Shimoda, 2013).

Margaret Mead (1901-1978), em sua obra *Sexo e temperamento*, publicada em 1934, estuda as relações entre os sexos em diferentes sociedades da Nova Guiné e, contrapondo as visões biologizantes da época, demonstra que comportamentos entendidos pela sociedade como naturais a cada sexo não eram universais, destacando assim o caráter social dos temperamentos. (Shimoda, 2013).

Nem os Arapesh nem os Mundugumur tiram proveito de um contraste entre os sexos; o ideal Arapesh é o homem dócil e suscetível, casado com uma mulher dócil e suscetível. O ideal Mundugumor é o homem violento e agressivo, casado com uma mulher também violenta e agressiva. Na terceira tribo Tchambuli, deparemos verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente. Estas três situações sugerem, portanto, uma conclusão muito definida. Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo . . . não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. E esta conclusão torna-se ainda mais forte quando observamos a verdadeira inversão, entre os Tchambuli, da posição de dominância dos dois sexos, a despeito da existência de instituições patrilineares formais (Mead, 1935/2003, p. 268).

A discussão sobre as diferenças e semelhanças biológicas e sociais entre seres dos sexos feminino e masculino já existia há muito tempo na pauta da ciência social, e os termos gramaticais foram utilizados de forma figurada pelas pessoas, no decorrer dos séculos, para referir-se a traços sexuais ou de caráter (Scott, 1995).

Apesar disso, é em 1963, no Congresso Internacional de Psicanálise, em Estocolmo, por intermédio do psicanalista Robert Stoller, que o termo “identidade de gênero” foi apresentado pela primeira vez “no quadro da distinção biologia/cultura, de tal modo que sexo estava vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e gênero à cultura (psicologia, sociologia)” (Haraway, 2004, p. 216).

Através do movimento feminista americano, na década de 1970, torna-se habitual o uso da palavra “gênero” no sentido em que é compreendido recentemente, tendo sido utilizado inicialmente como uma alternativa ao determinismo biológico implícito na utilização de palavras como “sexo” ou no uso de sentenças como “diferença sexual”, mas também como uma palavra-chave, com o propósito de minimizar os riscos de que a história passasse a ser estudada e reproduzida de forma separatista e excludente, e desvirtuasse assim os estudos da objetivada análise das relações sociais entre os sexos.

Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (Scott, 1995, p. 72).

Pode-se dizer então que a palavra “gênero”, a partir da década de 1970, passa a descrever um novo eixo ou categoria de análise histórica, desenvolvido por historiadoras feministas, com o objetivo de trazer ao debate questões sobre as relações de poder, sobretudo na ótica do uso de convenções e aculturamentos como estratégia de dominação masculina sobre o sexo feminino. Contudo, o conceito de gênero não tem

caráter cabal, logo, podem-se perceber tendências que sugerem que “o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (Scott, 1995, p. 93).

Nas relações de gênero está um dos núcleos do patriarcado, que dá ao homem a posse sobre a sexualidade feminina. Tal controle pode ser evidenciado na família tradicional, em que a esposa, durante muito tempo, pertencia ao domínio particular do marido (Saffioti, 2004). Vale a pena acrescentar que, mesmo nos dias atuais, percebe-se a dificuldade que a mulher tem de expressar sua sexualidade; e, quando a manifesta, frequentemente é julgada por seus atos com palavras pejorativas.

Nos últimos 50 anos, o movimento feminista tomou como uma de suas principais bandeiras a modificação do cenário de vitimização de mulheres no relacionamento conjugal. Por meio de denúncias de abusos e de maus-tratos, e também através da denúncia das expressões que auxiliam a perpetuar a opressão, problemas que antes eram silenciados ou tratados como segredos do âmbito privado passam a ter visibilidade social (Minayo, 2004).

Reconhece-se, então, que a violência contra a mulher é uma problemática da esfera pública, que demanda política específica para seu enfrentamento, uma vez que se trata de um comportamento arraigado e naturalizado em inúmeras culturas e contextos sociais, nos quais, historicamente, imputam-se atributos “naturais” de força e domínio ao masculino, e de fragilidade e submissão ao feminino. Esse cenário social marcado pela desigualdade hierárquica entre os gêneros, em que o masculino está representado em posição superior ao feminino, enseja a naturalização e legitimação da violência exercida pelo parceiro em relação a sua companheira (Grossi, 1998; Ramos, 2012).

A partir do século XX, essa desigualdade hierárquica relacionada a masculinidade e feminilidade passa a ser questionada por movimentos feministas, que

denunciavam a violência baseada no gênero e exigiam a condenação dos chamados “crimes de honra”, até então justificados juridicamente (Grossi, 1998; Ramos, 2012).

De acordo com Teles e Melo (2003), a violência de gênero também pode ser entendida com uma relação de poder, de dominação do masculino e submissão do feminino. Para exemplificar como essa violência acontece, pode-se pensar nos atos de agressão física, abusos psicológicos, relações sexuais forçadas e atitudes controladoras que acontecem em relacionamentos íntimos (Heise & Garcia-Moreno, 2002).

1.2 Violência contra a mulher

A violência contra a mulher é vista, em muitas sociedades, como um processo de naturalização do poder do homem sobre a mulher.

Rosa et al. (2013) questionam o processo social que atribuiu invisibilidade à violência contra a mulher: “Essa ‘invisibilidade’ se retrata na ausência do reconhecimento da violência contra a mulher como uma transgressão de direitos e violação da dignidade, que ocorre de forma global, e não como um problema individual e isolado” (p. 86).

Osterne (2005) distingue a violência doméstica contra as mulheres da violência contra as mulheres perpetrada por parceiro íntimo, mais conhecida por violência conjugal:

qualquer ação ou conduta que cause morte, constrangimento, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou simbólico à mulher, no âmbito doméstico, ou seja, em seu espaço domiciliar. . . . violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo se refere a toda forma de manifestação de agressividade, ou seja, em sua versão física, sexual, psicológica ou moral, provocada por um cônjuge, companheiro, amante, namorado ou qualquer parceiro íntimo, mas comumente ocorrendo, embora não necessariamente, no espaço privado do domicílio. (p. 58).

Para Moreira et al. (2011), a violência perpetrada por parceiros íntimos contra as mulheres é um fenômeno bastante comum em diversas culturas e reproduz as relações

de poder entre homens e mulheres, sendo relacionado não apenas com as questões de gênero na sociedade, mas também com a violação dos direitos humanos das mulheres.

O tema da violência perpetrada por parceiros íntimos (VPI) tem sido usado como sinônimo para violência baseada em gênero (VBG), ainda que o último seja mais amplo. Esse fenômeno emerge no cenário contemporâneo como uma das principais expressões de violação dos direitos humanos que ocorrem no âmbito das relações interpessoais. Esse tema apresenta semelhança de sentido com as temáticas da violência contra a mulher (VCM) e da violência doméstica (VD), mas tem sido mais utilizado recentemente por implicar maior especificidade na descrição operacional da categoria “parceiro íntimo” como perpetuador da violência no contexto das relações íntimo-afetivas.

Esta pesquisa utiliza a descrição de violência por parceiros íntimos cunhada pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012): “violência do parceiro íntimo - um comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (p. 12).

... a violência pelo parceiro íntimo ocorre principalmente a partir da adolescência e dos primeiros anos da vida adulta, muito frequentemente no âmbito do casamento ou coabitação, e inclui muitas vezes abuso físico, sexual e emocional, bem como comportamentos controladores. ... a violência pelo parceiro íntimo pode ser também perpetrada por mulheres contra homens e pode ocorrer no âmbito de relações com o mesmo sexo (p. 12).

A violência por parceiro íntimo pode ser compreendida como aquela que ocorre entre pessoas que estão ou já estiveram envolvidas em um relacionamento afetivo-sexual, seja em termos formais ou não formais (Garcia-Moreno, 2006). Em razão do envolvimento entre a vítima e o agressor, as marcas físicas da violência conjugal não se dão de maneira isolada, pois têm lugar em um contexto impregnado de emoções contraditórias e em um ambiente doméstico conflituoso, trazendo implicações

psicológicas para a vida dos envolvidos. Embora possa ser útil, como ferramenta didática e jurídica, a classificação das diversas modalidades de violências, sua abordagem em associação mostra-se mais apropriada quando o objetivo é a compreensão de suas dinâmicas. (Dourado & Noronha, 2014, p. 632).

A violência por parceiro íntimo é um fenômeno complexo, que se institui frequentemente a partir de uma dinâmica relacional violenta que mantém e perpetua a violência entre o casal. Essa violência ocorre de forma cíclica e progressiva, e vai paulatinamente aumentando em gravidade. O ciclo dessa violência ocorre em três fases. Inicia-se com uma fase de construção da tensão entre os parceiros, em que ocorrem pequenos incidentes como palavras agressivas que a princípio parecem estar sob controle e são socialmente aceitas. A seguir, a tensão aumenta e as agressões passam a ser extremas. Na terceira fase, os parceiros entram numa espécie de “lua-de-mel”, na qual a relação se reestrutura a partir de demonstrações de arrependimento do agressor, promessas de mudança e de nunca mais tornar a agredir, ocorrendo então o restabelecimento do relacionamento do casal. Esse ciclo faz que muitos casais permaneçam juntos apesar dos episódios graves de violência (Perrone & Nannini, 2007). É muito frequente que, na fase correspondente à lua-de-mel, as mulheres que chegam a sair de casa e a registrar queixa voltem a conviver e se relacionar com os agressores (Brandão, 2006).

Por sua complexidade, a violência por parceiro íntimo demanda um amplo olhar sobre seus múltiplos determinantes e para a busca de sua prevenção e tratamento (Carvalho-Barreto, Bucher-Malusckhe, Almeida, & DeSouza, 2009). A complexidade da temática das VPI exige considerar as condições estruturantes do tecido social brasileiro e da violência social, que se tornou uma questão pública tingida pelas desigualdades sociais. Exige, ao mesmo tempo, validar o enfoque no caldo cultural

(re)produzido pelo sistema patriarcal, que é conhecido por gerar assimetria de poder nas interações humanas. O legado do patriarcado privilegia a dominação pelo gênero masculino e fertiliza as condições para o acirramento das violações de direitos humanos (Connell, 2005; Batista, 2005).

Nas relações cotidianas entre parceiros íntimos, a presença de autoritarismo e de violência gera uma linguagem de agressividade que transcende o casal e atinge outros possíveis atores, como crianças, adolescentes, jovens e idosos que convivem no mesmo espaço que a mulher agredida. Essa linguagem organiza as interações e afeta a dinâmica familiar, tecendo um cenário de tensões, agressões e novos medos, num ciclo que tende ao escalonamento e não à redução. Narrativas acerca dessa linguagem violenta podem ajudar a perceber matizes e nuances da interação mediada pelo uso da violência e revelar fontes de representações sociais acerca do que as mulheres pensam sobre o fenômeno (Moura, Lefevre, & Moura, 2012).

Com o crescimento dos movimentos sociais e da conscientização em relação aos direitos constitucionais das mulheres no século XX, incluiu-se a temática das políticas públicas para suprir as necessidades da comunidade. Nesse sentido, a Psicologia, que até então era restrita a determinados grupos, passa a pensar de modo mais ampliado. Compreender a relevância da efetivação das políticas públicas de enfrentamento e prevenção da violência de gênero contra a mulher não é tarefa fácil, porém, torna-se possível quando considerada como processo social tecido ao longo dos tempos, culturas e nações.

Encontra-se farta literatura nesse âmbito: cartilhas e artigos do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, bem como de instituições internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS), artigos em bases de dados como Scielo, Redalyc, USP, em que se

percebe um esforço cada vez mais concentrado para o enfrentamento dessa problemática.

Entretanto, percebe-se ainda certa resistência em esferas municipais, estaduais e nacionais em viabilizar um contínuo desdobramento de ações pela formação de redes de atenção e para criação de órgãos diversos, bem como resistência na fomentação de conscientização e diálogo com relação aos atores sociais e ao modo como os cenários da violência vêm se reproduzindo. Também é pouco expressiva a construção de espaços de direitos e igualdade, realidade essa que desencadeou planos epistemológicos e pedagógicos cujos princípios verteram do movimento de mulheres norteadas pelos princípios de emancipação.

Ponderar sobre políticas públicas parte da compreensão de que existem entraves embasados em diversos interesses, e que vão além de uma simples ineficiência e inabilidade do Estado na gestão e prevenção de incidentes relacionados à violência, pois a própria condição social dos menos favorecidos os relega a um contexto estigmatizante de violência estrutural (Cruz Neto & Moreira, 1999). Devido às demandas sociais, as políticas públicas precisam ocupar espaços cada vez mais significativos, voltados para as questões da saúde da mulher e relacionados às situações de violência, que remetam à dinâmica subjetiva, isto é, às condições emocionais, relacionais e culturais da vida, que incluam, ainda, a sexualidade e as relações íntimas (Berger, Barbosa, Soares, & Bezerra, 2014).

Outro aspecto relevante a ser levado em conta, além da articulação para a formação da rede de assistência pautada na integralidade em saúde, é a demanda de saúde das vítimas da violência, que requer a inclusão da segurança pública e do judiciário nas ações desenvolvidas. Assim, o fluxo de atendimento precisa acontecer de “forma concatenada entre os distintos pontos da rede, evitando a fragmentação da assistência e contribuindo para a resolutividade e efetividade das ações” (Dourado & Noronha, 2015, p. 2919).

É imprescindível dar visibilidade às dimensões objetivas e subjetivas da vitimização feminina no âmbito conjugal no setor saúde, em especial nas emergências e unidades básicas, onde tem se apresentado cada vez maior número de mulheres acometidas por violência. É importante pensar também nas práticas de caráter preventivo, dando atenção de modo particular àqueles fatos com possibilidades de possíveis reincidências (Dourado & Noronha, 2014).

Para Teles (2015), a Lei Maria da Penha tornou-se um instrumento legal, caracterizado por uma grande conquista, e veio para obrigar o poder público a criar as medidas preventivas e de apoio às mulheres em situação de violência doméstica. Ratifica-se, portanto, o que diz a Constituição Federal, art. 226, § 8º: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismo para coibir a violência no âmbito de suas relações” (Brasil, 1988).

Teles (2015) ainda evidencia que a Lei Maria da Penha proporcionou mudanças significativas no atendimento às mulheres nas unidades de serviços públicos, uma vez que reconheceu a violência doméstica como violação dos direitos humanos das mulheres e passou a percebê-la como crime, ao mesmo tempo que estabeleceu várias formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, a Lei “Maria da Penha” assegurou a criação de políticas públicas para a garantia dos direitos da mulher, e aquelas em situação de violência passaram a ser encaminhadas para serviços e programas de proteção e assistência social nela previstas.

No art. 7º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que tenha por objetivo causar danos psicológicos a longo prazo; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Em 2008, foi instituído o II Plano Nacional de Políticas Públicas para mulheres, cuja efetivação deveria ocorrer até 2011, destinado a aprofundar o campo de atuação do Governo Federal nas Políticas Públicas para as mulheres (Brasil, 2008). Em 2012, o Superior Tribunal Federal ampliou a aplicação da Lei Maria da Penha. Em 2013, foi instituído o II Plano Nacional de Políticas Públicas para mulheres 2013-2015. Em 2015, foram instituídas as primeiras casas da Mulher Brasileira, visando integrar num só espaço diversos serviços contra a violência às mulheres e crianças de 0 a 12 anos. Foi também sancionada a lei do feminicídio, classificando-o como homicídio qualificado, passando este para o rol dos crimes hediondos (Bigliardi et al., 2016).

A vigência do Plano Nacional abre espaço para a criação de uma rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, e nos âmbitos nacional, estadual e municipal são criadas as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMS), espaços da Polícia Civil especializados no atendimento à mulher em situações de violência e que oferecem Assessoria Jurídica durante o processo; Central de Atendimento à Mulher (disque 180), Central Telefônica apta a receber as denúncias, orientar e encaminhar as Mulheres vítimas de violência; Centros de Referência e Assistência social (CRAS), responsáveis pela realização de ações preventivas em relação às situações de vulnerabilidade social; Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), responsável pela proteção de indivíduos violados em seus

direitos; Centro de Educação e Reabilitação do agressor, que visa o atendimento, acompanhamento e reeducação dos agressores; Serviços de Saúde destinados ao atendimento nos casos de violência sexual; Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal (Brasil, 2005).

Na cidade de Curitiba, além dos órgãos citados, a Secretaria da Mulher orienta as cidadãs para a garantia dos seus direitos, além de desenvolver programas, parcerias, palestras e campanhas para efetivar a Lei Maria da Penha. Dentre elas, destacam-se:

Patrulha Maria da Penha - Serviço coordenado pela Secretaria da Mulher e Tribunal de Justiça e realizado por equipes especiais da Guarda Municipal de Curitiba, que acompanham de perto os casos das mulheres que já denunciaram seus agressores, movem ação na Justiça e, por isso, possuem as chamadas medidas protetivas de urgência. ***Assessoria Jurídica Popular*** - Mulheres em situação de violência, que precisem de assessoria jurídica gratuita para mover ação contra o(a) agressor(a), de natureza criminal no âmbito da Lei Maria da Penha, podem contar com a orientação e acompanhamento por parte de professores e estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Elas são encaminhadas pelos CREAS das regionais de Curitiba (veja lista) e Secretaria da Mulher para o atendimento com horário pré-agendado junto ao serviço social do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da universidade. ***Casa da Mulher Brasileira*** - Centro integrado dos serviços públicos de atendimento humanizado às mulheres em situação de violência. A Casa da Mulher Brasileira concentra, em um único endereço na cidade, os serviços da Delegacia da Mulher, de psicólogos e assistentes sociais da Prefeitura de Curitiba, núcleos especializados da Defensoria Pública, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar e do Ministério Público, unidade da Patrulha Maria da Penha, central de transporte, alojamento de passagem e brinquedoteca. ***Casa de Maria*** - Para abrigamento das mulheres em situação de violência e filhos até 14 anos, quando a permanência em casa ou convivência com o(a) agressor(a) representar perigo e colocar a família em risco. O endereço é mantido em segredo para garantir a segurança das mulheres abrigadas e seus filhos [grifos nossos] (Curitiba, s/d).

1.3 Psicologia Social Comunitária

A Psicologia Social Comunitária surgiu no Brasil na década de 1970 como um ramo da Psicologia Social preocupado com a cidadania e comprometido com a promoção da conscientização, da construção de uma identidade social voltada para a cooperação, para a solidariedade e libertação do povo das macroestruturas sociopolíticas que o mantêm oprimido (Freitas, 1996a; Montero, 2004; Góis, 2005; Ibañez, 2005).

Esse campo da psicologia aplicada considera o ambiente social e suas relações os fatores mais influentes na construção da saúde mental, em detrimento de outros campos da psicologia que atribuem essa influência primordialmente às questões intrapsíquicas. Logo, a Psicologia Social Comunitária consiste em “uma nova abordagem para se lidar com os problemas de comportamento humano” (Gallindo, 1981 p.13), que tem caráter preventivo e fomenta a mudança através da reflexão, pois tem como produto de suas intervenções o desenvolvimento da comunidade (Montero, 2004).

A Psicologia Social Comunitária é focada na discussão sobre a aplicação prática do aporte teórico da Psicologia Social (Freitas, 1996b), priorizando o método da pesquisa participante, embasada no respeito a valores, direitos, ética e demais princípios geradores do aumento de qualidade de vida individual e comunitária (Campos, 2002).

A Psicologia Social Comunitária vem se consolidando como um campo da Psicologia voltado para as coletividades, que contempla o crescimento individual a partir do raciocínio crítico dos campos éticos e políticos da sociedade para o empoderamento das comunidades (Campos, 2007; Scarparo & Guareschi, 2007; Gómez, 2008; Montero, 2010), entendendo a comunidade como o lócus onde as pessoas vivem e se relacionam em seu cotidiano, repensam e constroem, a partir de seus desejos, sua realidade, seu modo de viver e suas relações com demais atores sociais (Campos, 1996).

Nesse sentido, torna-se indispensável considerar a promoção da igualdade, da inclusão e da cidadania, interferindo inevitavelmente nas relações desarmônicas de poder (Montero, 2004), e reconhecer “a comunidade como uma entidade dinâmica, composta por agentes ativos, atores sociais construtores relacionados com a realidade em que vivem” (p.34). Dito isto, pode-se afirmar que na Psicologia Social Comunitária o psicólogo passa a ter mais características de um facilitador, auxiliando as partes a

encontrar seus caminhos, deixando de lado um possível *status* de dirigente do grupo (Montero, 1994), ocupando-se com a leitura e interpretação “dos fenômenos psicossociais produzidos em relação aos processos comunitários, levando em consideração o contexto cultural e social em que eles surgem” (p.34). Em outras palavras, o sucesso de um psicólogo social comunitário está diretamente relacionado à sua capacidade em auxiliar as populações na identificação de seus desejos, na objetividade e clareza da comunicação destes desejos, e no planejamento e realização das etapas necessárias ao alcance de tais desejos (Maciel & Alves, 2015).

A construção dos conhecimentos necessários ao delineamento de estratégias de intervenção a partir dos objetivos comuns ao desenvolvimento da comunidade nem sempre é tarefa fácil, pois depende das implicações referentes às conjunturas psicossociais, às estruturas de poder, à cultura e às demais interferências do meio em que estas comunidades estão inseridas. Dessa forma, o compromisso com as práticas e condutas sociais que valorizam as relações humanas deve ser o princípio norteador da atuação dos psicólogos sociais comunitários (Freitas, 2005).

Psicologia Comunitária, considerada como uma área da Psicologia Social da Libertação, voltada para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente), própria do modo de vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de significados e relações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e coletiva, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados. Tem por objetivo a construção do sujeito da comunidade, mediante o aprofundamento da consciência (reflexivo-afetiva) dos moradores com relação ao seu modo de vida e ao modo de vida da comunidade, através de um esforço interdisciplinar que perpassa a organização e o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. (Góis, 2005, p. 51)

Segundo Campos (1996), os trabalhos realizados pela Psicologia Social comunitária partem, em princípio, de demandas e dificuldades específicas de um grupo, mas o profissional tem como objetivo a conscientização dos atores do grupo e a sua gradativa apropriação do papel principal dentro de sua vida. A esse exercício de tomada do poder em suas próprias mãos, o autor denomina autogestão. Pode-se afirmar que a

construção do conhecimento social comunitário se dá “a partir da ênfase na autonomia e no protagonismo das populações com as quais se tem trabalhado por meio da ampliação da criticidade desses sujeitos em relação ao contexto e aos problemas que apresentam” (Maciel & Alves, 2015, p.275).

A Psicologia Social Comunitária não se detém nas fraquezas e dificuldades dos indivíduos e das comunidades, e sim “ênfatiza os pontos fortes e capacidades . . . procura que a comunidade tenha poder e controle sobre os processos que a afetam” (Montero, 2004, p. 34). Dessa forma, fica evidente o seu importante papel político, no sentido de almejar a inclusão, a cidadania e o fortalecimento social.

1.4 Problemas na integralidade dos cuidados

Alguns fatores dificultam a integralidade do cuidado às mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo. O primeiro fator é o silêncio. O silêncio das vítimas e dos diversos atores sociais é um dos principais agravantes para a falta de efetividade nos processos de denúncia e enfrentamento à violência contra a mulher. Fatores de diversas naturezas, que passam por variáveis emocionais, econômicas e sociais reforçam uma atitude de resignação das vítimas. Somente quando essa violência assume proporções insuportáveis é que finalmente a vítima parte para a denúncia e posteriormente faz o enfrentamento do problema. Em muitos casos, este período de silêncio é longo e pode culminar em fatalidades. A sociedade, de modo geral, inculca nas mulheres a tenacidade e resiliência para suportar o sofrimento, atribuindo-lhes a capacidade de perdão e compreensão. A dependência financeira e/ou emocional, o temor do julgamento, a falta de crédito e a incompreensão por parte da família, amigos e comunidade seriam alguns dos motivos deste silenciamento característico entre as vítimas (Nader & Amorim, 2017).

A banalização das formas mais sutis de violência também é um fator recorrente e observado com grande preocupação. Ocorre comumente no contexto conjugal ou do namoro:

A violência contra a mulher é um fenômeno social que atinge todas as classes sociais e que encontra no espaço doméstico, seu maior campo de atuação. Possui como vetor um ciclo que inicia com ofensas verbais, construindo um ambiente de tensão, evolui para crises mais graves – nas quais a violência se materializa . . . Esse ciclo de violência é reforçado pelo silêncio, omissão e negligência (Nader & Amorim, 2017, p. 1)

Essa banalização leva as mulheres a se sujeitarem ao ciclo da violência e só falarem a respeito quando esta atinge situações extremas – quando elas já tenham sofrido uma violência física grave e sintam que sua vida está sob muito risco (Ribeiro, 2017). Geralmente, o primeiro lugar em que elas revelam estar sendo vítimas de violência, e quebram a violência, é nos serviços emergenciais onde são atendidas após um episódio grave de violência (Ribeiro, 2017).

Um segundo fator que dificulta a integralidade do cuidado da mulher VPI é a família. Num estudo realizado por Souza e Da Ros (2006), no Centro de Atendimento às Vítimas de Crime (CEVIC) de Florianópolis-SC, as justificativas apresentadas pelas vítimas para continuarem em relacionamentos abusivos são:

medo de ficarem sozinhas, a submissão frente a violência, o temor de expor o agressor a punições e sanções, o temor da própria exposição perante a sociedade, a dependência financeira e emocional e a crença de que os filhos precisem de uma figura paterna. Também é notificada a falta de apoio da família e amigos no processo de decisão de denúncia e enfrentamento (Souza & Da Ros, 2006, p. 527).

A violência de Gênero “não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, ela ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar” (Bandeira, 2014, p. 450).

Bandeira (2014) refere ainda que “pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina” (p. 457).

Portanto, não ocorrem mudanças estruturais nos papéis hierárquicos entre homens e mulheres dentro das famílias:

as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais (Bandeira, 2014, p. 457).

Em uma pesquisa realizada em Porto Alegre, Bernardes, Scarparo, Amarante e Matias (1995) identificaram, nas representações sociais, os papéis de gênero que permeiam a percepção de crianças de classes populares, que corroboram com a perpetuação dos tradicionais papéis designados por uma cultura de gênero ou sexista. Dentre essas percepções está a ideia de que o trabalho no espaço doméstico (limpeza, arrumação e alimentação) é de responsabilidade da mulher, e que pode ser transferido ao homem em casos específicos, sobretudo na ausência da mulher. Da mesma forma, são atribuídos aos homens os trabalhos destinados ao conserto e à preservação da casa e de equipamentos domésticos, pois estes requerem habilidades percebidas como masculinas e que demandam maior emprego de força física. No tocante ao trabalho remunerado, externo ao lar, a responsabilidade recai sobre o sexo masculino, ficando esta função ao seu encargo, sendo que, nos casos em que a mulher também trabalha fora, este ato é percebido como ajuda ou colaboração. Quanto à percepção da liberdade de movimento em outros espaços, constatou-se que ainda existem resquícios de restrições à capacidade, competência, responsabilidade e sujeição a riscos por parte das mulheres, se comparadas aos homens. Porém, os autores ressaltam que essas percepções se modificam de acordo com o contexto e a estrutura familiar dessas crianças:

Em suma, o desvelamento das imagens do ser mulher/ser homem de crianças negras e não negras de classes populares, sujeitos desta investigação, revela um universo complexo e múltiplo de significações que formam uma rede na qual aparecem uniformidades e consistências, mas também variações e ambiguidades. A construção dessas subjetividades não se dá como um processo linear e homogêneo que pode ser generalizado de modo essencialista em identidade de homem ou de mulher. Ao

contrário, tais imagens apontam múltiplas possibilidades de tecer significações que constituem subjetividades singulares nas diferentes articulações do gênero, da raça/etnia e da classe social (Bernardes et al., 1995, p. 197).

Um terceiro fator que dificulta o atendimento integral às mulheres VPI está relacionado às equipes do serviço de saúde.

Pode-se dizer que nos serviços de saúde existe, ainda, uma invisibilidade das dimensões que circundam o problema da violência contra a mulher, fato que resulta na incapacidade do sistema em respaldar o acolhimento, e distancia o sistema de dar respostas adequadas às demandas das vítimas.

Um estudo realizado em uma maternidade da região de Ribeirão Preto/SP, publicado por Lettiere, Nakato e Rodrigues (2008), teve como objetivo desvendar a percepção do problema da violência contra a mulher do ponto de vista dos profissionais de enfermagem e medicina. Para tal propósito, foram realizadas entrevistas com os profissionais, nas quais se depreendem duas categorias temáticas centrais. A temática da compreensão da “violência e da vitimização da mulher” (p. 469) e a discussão da “postura e prática dos profissionais de saúde frente à mulher em situação de violência” (p. 469). Na compreensão da violência, corroboraram-se as ideias de que o problema é mais grave do que aparenta e está embasado em uma percepção cultural e histórica, tendo como causas as desigualdades de gênero e a submissão feminina, um dos seus principais fatores. Ficou clara a percepção estereotipada, nascida de uma “tradição dualista sobre a construção social da identidade de gênero” (Lettiere et al., 2008, p. 470). Quanto às posturas dos profissionais de saúde, segundo os autores, a dificuldade em lidar com tais situações está arraigada a uma “tendência ao reducionismo biologicista e fragmentado na atenção a mulher vítima de violência” (Lettiere et al., 2008, p. 470), e também a uma reconhecida inabilidade em lidar com a situação, ora

pela falta de intimidade com o assunto, ora por receio de criar constrangimentos e pela sensação de frustração e impotência para resolver a situação.

Tais dificuldades podem ser notadas não só no atendimento como também podem afetar os registros de agressões em prontuário, limitando de tal forma um rastreio seja para fins estatísticos ou para um acompanhamento posterior dos casos. A falta de habilidade nos cuidados prestados a tais vítimas é justificada pela falta de capacitação específica, uma vez que as grades curriculares da Medicina e da Enfermagem pouco abordam o tema.

A abordagem da violência nos serviços requer um bom conhecimento das referências existentes tanto no âmbito Jurídico, policial, social e psicológico, como também de redes de apoio informal e Organizações Não Governamentais (ONGS), para que o profissional possa dar continuidade ao cuidado e assim fortalecer a busca de alternativas para solucionar o problema (Lettiere et al., 2008, p. 470).

Em estudo realizado por Martins, Silva, Dilélio, Costa, Colomé e Arboit (2018) com 53 funcionários de 7 unidades de estratégia de saúde da família (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, odontólogos e auxiliar de saúde bucal) na cidade de Palmeira das Missões/RS, consta que, apesar de haver entendimento de que a problemática da agressão contra mulher é uma demanda da Estratégia de Saúde da Família (ESF), esses funcionários se sentem incomodados em abordar estes temas com as vítimas, e alguns deles ainda não percebiam como obrigação a notificação dos casos de violência e desconheciam a notificação compulsória.

O quarto aspecto relacionado à dificuldade de atendimento integral à mulher VPI implica nas estratégias da rede de proteção.

A investigação e compreensão das causas da violência são fundamentais para o planejamento de uma estratégia terapêutica eficaz na prevenção e minimização dos riscos de ocorrência. Podemos evidenciar uma dicotomia entre o que é aconselhado

pelas estratégias de enfrentamento contra a violência e o que de fato é vivenciado no cotidiano das vítimas. A flexibilização dos sistemas ecológicos deveria ser o princípio do desenvolvimento das redes de enfrentamento, otimizando assim o seu papel na proteção efetiva dessas vítimas (Antoni & Koller, 2001).

Muitas vezes, obstáculos no atendimento e falta de efetividade das medidas protetivas resultam em desgaste emocional e retorno à situação de violência.

Nossas instituições muitas vezes não conseguem proteger ou apoiar adequadamente as vítimas de violência doméstica. A resposta dada a estas situações é por vezes inadequada ou não suficiente, talvez porque a dinâmica e efeitos particulares deste fenômeno não foram ainda bem compreendidos (Ribeiro, 2017, p. 50).

Historicamente, o Sistema de Saúde no Brasil focou nas ações curativas, deixando em segundo plano as ações preventivas, que são aquelas que se ocupariam da saúde, por meio da educação e do Lazer (Souza & Da Ros, 2006).

Portanto, se fazem urgentes sistemas que proporcionem uma articulação responsável de serviços capazes de ir além das intervenções psicoterapêuticas, incluindo segurança, educação e bem-estar social e jurídico, buscando integralizar a ajuda despendida às vítimas e suas famílias, no sentido de superarem os agravos destas violências (Lettiere & Nakano, 2011).

Para Rodrigues, Rodrigues, Lira, Couto e Diniz (2016), é imprescindível que a gestão pública implemente programas e serviços efetivos, para o atendimento de vítimas de violência de gênero e seus familiares, de forma a consolidar uma rede intersetorial articulada para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Para esses autores, o cuidado com a mulher em situação de violência deve incluir as redes familiar e social da vítima, compreendendo que estas constituem uma importante unidade de apoio e de cuidado (Rodrigues et al., 2016).

De acordo com Ribeiro (2017), o atendimento à vítima precisa ser feito por meio de uma abordagem multidisciplinar que possibilite a realização de uma intervenção

mais completa, que proporcione maior segurança à vítima. E, neste contexto, os profissionais precisam acolher as vítimas, compreendendo-as na integralidade de suas necessidades e dinâmicas relacionais, de forma a lhes transmitir segurança, compreensão e apoio (Ribeiro, 2017).

Dificuldades comportamentais, emocionais e relacionais são efeitos muito prováveis das ocorrências da violência, por isso, ao realizar a intervenção, o profissional precisa desenvolver ações que encorajem a vítima a fazer uma ruptura com a experiência de violência e a romper com o padrão relacional que mantém com o agressor, de forma a construir novas experiências mais adaptativas (Ribeiro, 2017).

O trabalho de acompanhamento às mulheres vítimas de violência deve estar voltado a auxiliá-las a perceber suas necessidades, a romper com o ciclo de violência, e a ajudá-las a desenvolver estratégias mais assertivas de enfrentamento e de prevenção a novas situações de abusos (Ribeiro, 2017).

Segundo Porto-Cruz e Bucher-Maluschke (2012), não se pode abordar a prática do atendimento às vítimas de agressão contra a mulher de forma generalizada, como se houvesse apenas um caminho ou uma alternativa para a solução. O psicólogo, neste sentido, vem a somar, pois, dentre os profissionais envolvidos, encontra-se habilitado a compreender os conteúdos ocultos na escolha inconsciente de algumas mulheres. O sentimento de corresponsabilidade, a vergonha ou até mesmo o desejo de servidão devem ser observados como construções políticas, ideológicas e históricas, que muitas vezes aprisionam ou impedem essas vítimas de se libertarem de uma posição submissa a tal violência. Tais conteúdos subjetivos devem fazer parte dessa abordagem dinâmica. Entretanto, possíveis patologias e transtornos psíquicos que expliquem, para além das questões de gênero, a postura e a predisposição do agressor também devem ser considerados.

Machado (2004) faz referência a um esquema estruturado por Matos e Machado (1999) que lhe serve de modelo nas intervenções, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Intervenções

A postura educativa	Trata-se da conscientização da vítima quanto às táticas dos agressores, explicando-lhes as dinâmicas.
O posicionamento político	Ênfase na defesa dos direitos da mulher, sob a perspectiva feminista.
Planificação da segurança	Plano de ação para minimização dos riscos de eventos de agressão.
Ênfase no <i>empowerment</i>	Ênfase nos recursos das vítimas, na construção de um cenário de mudança.
Concreticidade e limitação temporal	Foco no estabelecimento de novos objetivos de vida e condutas, sob a perspectiva da resolução da crise e das tomadas de decisão em curto prazo.
Ênfase em mudanças sociais	Busca da diminuição da aceitação da violência, junto às vítimas e ao sistema social, combatendo os papéis de gênero tradicionais em suas dimensões.

Adaptado de Machado (2004, p. 401).

Entretanto, também são evidenciadas algumas dificuldades externas neste modelo de intervenção; dentre elas, a escassez de psicólogos nas polícias, a tendência a uma morosidade nos sistemas judiciais, a não aplicação dos dispositivos legais de proteção à vítima e a falta de instituições de acolhimento para essas vítimas e seus familiares. Porém, para além dos obstáculos externos, existem obstáculos internos à própria relação entre psicoterapeuta e paciente, os quais são denominados “dilemas teóricos, técnicos e emocionais” (Machado, 2004, p.399).

Quanto aos dilemas teóricos, assume-se, nesse conceito, que a sensação de previsibilidade do futuro, construída pelo conhecimento dos ciclos de violência e das estratégias dos agressores, acaba por ser elemento restritivo das tomadas de ação presentes:

Reconhecemos que é mais fácil – e que talvez facilitasse também a vida aos clientes – agir “como se” soubéssemos o que vai acontecer a seguir ou “como se” soubéssemos qual a decisão certa a tomar quanto ao futuro. . . . Mas será que a nossa função é essa, ou, pelo contrário, que o desafio que as vítimas enfrentam é o de tomar consciência da complexidade e da imponderabilidade e de assumir que as decisões que tomam nas suas vidas (tal como as que assumimos nas nossas) são susceptíveis de erro e limitam sempre outras opções possíveis? (Machado, 2004, p. 403).

Também a presunção de um significado constante, único, de fácil decifração, que se reduz em última análise a forma e contra forma, por trás da violência, oriunda da concepção do movimento feminista onde há uma equação oprimido-opressor, que limita “a vítima a uma posição de heroína ignorada”(Machado, 2004, p.404), aproximando-a “das prescrições heroicas ou de bom comportamento exigíveis por esse rótulo” (p.404).

Da mesma forma, essa “fórmula” limita os agressores a afastarem-se de suas potencialidades e possibilidades de mudança, da sua autonomia e sua autodeterminação na busca de comportamentos alternativos à violência, esquecendo por vez da dimensão cultural dos comportamentos violentos, e da forma como estes foram legitimados e ensinados pela sociedade:

Parece-nos simplista esta redução do drama familiar a uma história a preto-e-branco em que alguém é um herói vitimizado e o outro um vilão demoníaco. Esta leitura, frequente em pelos menos algumas perspectivas feministas, simplifica o mundo e incorre em pelo menos dois tipos de contradições. Por um lado, uma contradição política com a orientação predominantemente progressista dos movimentos feministas, na medida em que os leva a fazer coro com os sectores sociais mais conservadores, pela reivindicação de sanções mais pesadas para os ofensores (Snider, 1998). Por outro lado, uma contradição teórica: enquanto se critica a conceptualização da vítima como portadora de patologia, ao ofensor recusa-se este mesmo enquadramento, regredindo a um registo de análise de cariz moral e equacionando o seu comportamento como simplesmente “mau”. (Machado, 2004, p. 404).

Além disso, esse modelo limita o sucesso das intervenções relacionando e reduzindo esse sucesso à tomada de decisão da vítima em afastar-se do agressor. Muitas vezes, há um sentimento de frustração da equipe técnica quando o afastamento não acontece. De tal forma que o objetivo principal da intervenção, que deveria ser o fim da atitude violenta, é esquecido, assim como são ignorados aspectos muitas vezes positivos dos relacionamentos em questão. Alguns aspectos podem deflagrar este fenómeno, dentre eles alguns indicadores comuns a muitos programas de assistência à vítima (Machado, 2004).

Existem também dilemas que se relacionam menos à questão do posicionamento teórico e vão de encontro diretamente às práticas da intervenção. A exemplo disto, pode-se afirmar que, numa situação em que os recursos institucionais – como a escassa rede de suporte e a inexistência de vagas em locais de refúgio, agregadas a falta de recursos e autonomia financeira – são evidentemente falhos, a necessidade de consciencializar as pacientes de sua condição de vitimização pode ser apenas uma ampliação de seu sofrimento e mal-estar (Machado, 2004).

2. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi elaborar e avaliar oficinas compatíveis com programas de prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma universidade particular de Curitiba-PR.

Os objetivos específicos foram:

- descrever quantitativamente a incidência e os tipos de violência por parceiro íntimo entre as participantes;
- descrever qualitativamente o desenvolvimento das oficinas.

3. MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa quase-experimental em que foi desenvolvido um programa de prevenção à violência contra a mulher por parceiros íntimos, com um delineamento longitudinal, através da aplicação de questionários pré e pós-intervenção.

A pesquisa quase-experimental, de acordo com Selltiz, Wrightsman e Cook (1976), pode ser resumida da seguinte maneira:

Delineamentos quase-experimentais fornecem um meio de estudar alguns tratamentos sociais que naturalmente ocorrem. Eles são intermediários entre um experimento que possui alta validade interna e os fracos pré-experimentos que quase não possuem, no geral, validade interna. Quase-experimentos nos possibilitam descartar algumas ameaças à validade porque eles incluem mais pontos de dados que os pré-experimentos. O número de delineamentos quase-experimentais que um pesquisador criativo pode construir é ilimitado. Apresentamos três tipos que são extensões de pré-experimentos, os quais mostram como pontos de dados adicionais tornam um delineamento, antes de difícil interpretação, interpretável. Um determinado pesquisador pode delinear um quase-experimento, ainda não pensado, coletando dados de um número suficiente de sujeitos, num tempo suficiente, para descartar muitas ameaças à validade interna, de tal modo que mesmo sem a distribuição aleatória será possível inferir causas e efeitos. (p. 14)

No estudo longitudinal, são investigadas as mudanças ocorridas ao longo do processo num período de tempo (Haddad, 2004). Assim, neste “tipo de delineamento um mesmo grupo de sujeitos é visto em diferentes momentos” (Mota, 2010, p. 145).

De acordo com Cosby (2003), “uma forma de obter uma comparação é submeter os participantes a uma medida antes da manipulação (pré-teste) e submetê-los novamente à medida após a manipulação (pós-teste) (p. 174). Esta pesquisa optou, ainda, pela utilização de grupo controle.

3.1. Participantes:

A pesquisa foi realizada com 52 mulheres remanescentes entre 100 mulheres inscritas, alunas de uma Universidade particular de Curitiba.

3.2. Instrumentos:

Foi utilizado um questionário (anexo 1) que contemplou questões sobre dados sociodemográficos utilizando Critério Brasil (Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP) – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP, 2016)), Crenças sobre a violência (adaptado por Souza Fernandes Ferrari, Priolo Filho e Faria Brino (2016)) e uma adaptação do questionário de Antunes e Padilha (2013). Contendo questões abertas e fechadas, bem como questões de múltipla escolha, em que foram abordadas normas de gênero, empoderamento de gênero, sexualidade, empoderamento da sexualidade, violência doméstica familiar, violência autoeficácia, tipos de violência, busca por ajuda e rede de apoio. A elaboração dessas variáveis deu-se a partir de busca na literatura, bem como com o auxílio do questionário de Antunes e Padilha (2013).

O Critério Brasil (Wagner Kamakura (Rice University) e José Afonso Mazzon (FEA /USP) – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP, 2016)) contempla os dados sociodemográficos das participantes e categoriza as participantes nas classes sociais A, B1, B2, C1, C2, D-E através do score adquirido em questões específicas e pontuações com pesos diferentes.

O inventário de crenças sobre a violência foi adaptado por Williams (2010), que o chamou de “Questionário sobre Crenças a Respeito da Violência Intrafamiliar”, e atualizado por Souza Fernandes Ferrari, Priolo Filho e Faria Brino (2016). O inventário é composto de 45 frases que estão presentes no cotidiano e devem ser analisadas e respondidas, com questões às quais o pesquisado tem de atribuir os valores Verdadeiro (V) ou Falso (F). (Anexo2)

3.3. Estudo Piloto

Inicialmente, pretendia-se que o trabalho fosse integralmente realizado em duas comunidades do bairro Boqueirão, em Curitiba, devido à demanda e à vulnerabilidade social no local. Reuniões foram realizadas com os representantes das comunidades Pantanal e São Carlos, que, após receberem explicações sobre os objetivos da pesquisa, autorizaram a sua realização. Na comunidade Pantanal, os representantes eram a coordenadora da pastoral social e alguns frequentadores da igreja católica da comunidade. Na comunidade São Carlos, a responsável era a coordenadora da pastoral da criança. Nas duas comunidades, os convites às mulheres participantes da pesquisa ficaram sob a responsabilidade de seus representantes. As oficinas foram realizadas com a colaboração de dois estagiários de Psicologia. Os encontros referentes às oficinas foram sediados no salão paroquial da comunidade São José. No primeiro encontro, houve a participação de 25 mulheres, porém houve muita rotatividade e evasão de participantes ao longo da realização das oficinas. Apenas quatro mulheres participaram de todos os encontros. A baixa frequência dificultou a realização do estudo, que tinha por objetivo avaliar o impacto das intervenções.

3.4. Procedimentos:

Devido às restrições da rotatividade e frequência, ficou decidido realizar o projeto de pesquisa com mulheres estudantes de uma universidade particular de Curitiba. Foi enviada uma proposta de projeto de pesquisa e extensão, que foi analisada pelos responsáveis de suas instâncias hierárquicas e posteriormente aprovada. As oficinas preventivas foram divulgadas e tiveram suas inscrições realizadas através do

site da universidade. Após as inscrições, foi realizado um contato com as participantes via e-mail para marcar o início das atividades das oficinas preventivas e para a aplicação dos questionários. Foram disponibilizadas 100 vagas, que rapidamente foram preenchidas. No primeiro encontro, apenas 57 estudantes compareceram, número que foi reduzido a 52 participantes até o final das oficinas e grupo controle.

Os objetivos da pesquisa foram explicados e foi assinado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para todas as participantes. Após a assinatura do TCLE, todas foram convidadas a responder o questionário (1ª aplicação). As intervenções foram realizadas com um grupo de 30 participantes. A formação do grupo de intervenção se deu por meio da disponibilidade e interesse de cada integrante com relação às datas e horários propostos para as demais oficinas. As alunas que não puderam participar das oficinas nesse primeiro momento formaram o grupo controle. Após o término das oficinas preventivas, o questionário foi novamente aplicado em ambos os grupos.

As intervenções ocorreram semanalmente em seis encontros com duas horas de duração cada. As oficinas foram gravadas em áudio e as participantes foram orientadas que, ao fazer comentários, utilizassem os seus códigos referentes aos questionários, para organizar a descrição dos dados e manter o sigilo de seus nomes. Na última oficina, foi realizada uma avaliação de processo – a metodologia utilizada para discutir a repercussão da intervenção para as participantes foi a de grupo focal.

O grupo controle foi composto de 22 mulheres que participaram do primeiro encontro e responderam ao questionário, mas que, por motivos diversos, não puderam participar das oficinas. Após três meses, o questionário foi reaplicado nesse grupo.

3.5. Análise dos dados:

Os dados dos questionários foram analisados no software SPSS 23.0 (IBM), que foi utilizado tanto para as estatísticas descritivas quanto para os testes de hipóteses. Para a avaliação da diferença entre os grupos intervenção e controle, foi utilizado o teste U de Mann-Whitney. Para a verificação das diferenças pré e pós-intervenção, foi utilizado o teste de Wilcoxon, realizando-se a análise separadamente por grupos. Os testes foram considerados significativos quando $p < 0,05$.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS OFICINAS

Diante da transcrição das gravações de áudio realizadas no decorrer das oficinas, será realizada a seguir uma descrição densa – metodologia apresentada pela primeira vez pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1926-2006), fundamentada basicamente em conclusões do educador J. C. Ryle (1816-1900), e que consiste em “proporcionar a compreensão das estruturas significantes implicadas em uma ação social” (Talamoni, 2014, p. 54), entendendo-se como estruturas significantes os significados produzidos pelo indivíduo em interação com o seu meio, considerando questões históricas, culturais e sociais.

Embora a antropologia geertziana possa ter sua importância subestimada por autores formalistas, sob a proposição de esta relativizar o que é entendido como realidade e subverter alguns cânones científicos (Talamoni, 2014), podemos descrever que Geertz não descartava a condição “comum” ao ser humano, e sim incrementava essa visão do comum à espécie com os conteúdos referentes ao indivíduo ou à comunidade, como as questões culturais, conforme segue:

É entre interpretações como essas, todas insatisfatórias, que a antropologia tem tentado encontrar seu caminho para um conceito mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a variabilidade cultural possam ser mais levadas em conta do que concebidas como capricho ou preconceito e, no entanto, ao mesmo tempo, um conceito no qual o princípio dominante na área, “a unidade básica da humanidade”, não seja transformado numa expressão vazia . . . se nos descartamos da noção de que o Homem, com letra maiúscula, deve ser visto “por trás”, “debaixo”, ou “além” dos seus costumes, e se a substituímos pela noção de que o homem, sem maiúscula, deve ser visto “dentro” deles, corre-se o perigo de perder por completo a perspectiva do homem. Ou ele se dissolve, sem deixar resíduos, em seu tempo e lugar, um filho e um cativo perfeito da sua era, ou ele se torna um soldado recrutado num vasto exército tolstoiano, engolfado em um ou outro dos terríveis Determinismos históricos com que fomos assolados a partir de Hegel (Geertz, 1973/1989, p. 27).

Como uma das abordagens possíveis para o desenvolvimento dessa metodologia, definiu-se, segundo Richardson (2015), um processo no qual os problemas de pesquisa

são trazidos e priorizados pela própria população estudada, tendo o pesquisador o papel de identificar as estruturas significantes e estimular o seu debate, crendo na perspectiva de que a própria população é o agente ativo dessa construção, e, somente como tentativa de manter a discussão dentro do tema abordado, seguir um roteiro semiestruturado de intervenções.

“A descrição densa é produto de uma experiência intercultural vivida pelo observador e deriva, portanto, de percepções subjetivas e intersubjetivas” (Talamoni, 2014, p. 64), cabendo ao pesquisador a procura de códigos de significação para enriquecer a sua interpretação dos eventos, objetivando muito mais o “refinamento do debate” do que a obtenção de um consenso (p. 64).

4.1 Intervenções

1º Encontro

Objetivo: Apresentação dos participantes e explicação do trabalho de intervenção.

Quadro 2. Primeira oficina

Momento	Conteúdo
Introdução	Apresentação das atividades: finalidades, objetivos e explicação do trabalho a ser desenvolvido. Leitura, assinatura e recolhimento do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.
Dinâmica de apresentação	Dinâmica de integração dos participantes: Teia de barbantes. A primeira pega o barbante, diz nome e outros dados. Segura a ponta do barbante e passa para a próxima. Esta também se apresenta e segura uma parte do barbante e passa para a próxima, e assim sucessivamente, até que ao final forme-se uma teia. Ao final, reflete-se sobre a importância da teia e do trabalho que vai ser devolvido.
Desenvolvimento	Escolha do grupo Intervenção. Aplicação do primeiro questionário para os dois grupos (Intervenção e Controle).
Encerramento	Esclarecimentos e dúvidas sobre o funcionamento da intervenção.

Fonte: o autor.

A primeira oficina aconteceu em uma sala da universidade particular, e contou com a presença de 57 mulheres. Ao dar início, a pesquisadora explicou quais os

objetivos para essa intervenção de violência contra a mulher, leu o TCLE e entregou o termo e o questionário para serem respondidos pelas participantes. A primeira oficina foi somente para aplicação do questionário e encerrou-se após o término de preenchimento deste.

2º Encontro

Objetivo: Refletir sobre masculino e feminino - A Violência não faz meu gênero.

Quadro 3. Segunda oficina- Gênero

Momento	Conteúdo
Introdução	Retomar a sessão anterior: O que ficou para mim?
Dinâmica	Dinâmica: Homem, Mulher: Quem sou eu? Como eu vejo?
Desenvolvimento	Dividir em pequenos grupos para discutir sobre: o que se entende quando se pensa em “mulher” e “homem”? - Utilizar recortes de revistas para representar “coisas de homem e mulher”, criando um mural. - Discutir as semelhanças e diferenças dos significados sobre homem e mulher. - Discutir sobre gênero.
Desenvolvimento	Diante do que foi apresentado sobre gênero, refletir sobre: “Quem sou eu? Como eu me vejo?” Vídeo: - <i>O sonho impossível?</i> - <i>Vida de Maria</i> Música: “Maria Maria” - Elis Regina - Plenária para discussão sobre os vídeos e o que foi falado anteriormente sobre ser homem e mulher.
Encerramento	Síntese da oficina - Momento aberto para avaliar e discutir sobre o que levam para seu dia a dia.

Fonte: o autor.

Inicialmente a partir da dinâmica da teia, procurou-se explanar sobre as conexões dos possíveis “teares da confiança”, do suporte e da importância de uma rede de apoio.

Após a dinâmica, iniciou-se a abordagem direcionada ao objetivo da oficina, que era discutir as concepções de gênero. Para tal, a pesquisadora introduziu as perguntas

“Quem sou eu?” e “Como me vejo?”. Os debates sobre o assunto foram reforçados por um painel de imagens que ilustravam “coisas de homens e coisas de mulheres”. Cada participante escolheu uma imagem para debater em pequenos grupos inicialmente, e num segundo momento o debate se deu com toda a turma. Apresentaram-se posteriormente os vídeos *Vida de Maria* e *O sonho possível*, que tiveram suas ideias discutidas pelas participantes. Para finalizar a sessão, foi utilizada a música “Maria Maria”, de Elis Regina, e nesse momento espontaneamente aconteceu um abraço coletivo, uma visão emocionante da integração daquele grupo.

3º Encontro

Objetivo: Discutir sobre a sexualidade feminina.

Quadro 4. Terceira oficina – Sexualidade

Momento	Conteúdo
Introdução	Retomar a sessão anterior: O que ficou para mim?
Dinâmica	Utilizar massa para modelar partes do corpo que remetem ao prazer.
Desenvolvimento	- Modelar os órgãos eróticos ou reprodutivos. - Discutir sobre os signos modelados e sobre o conhecimento da mulher sobre seu próprio corpo.
Encerramento	Síntese da oficina - Momento aberto para avaliar e discutir sobre o que levam para seu dia a dia.

Fonte: o autor.

Iniciou-se esta sessão retomando o conteúdo da sessão anterior por meio das perguntas: “O que ficou para vocês?” e “O que refletiram sobre o tema gênero?”. Após a explanação das participantes, deu-se início ao tema objetivo da oficina “sexualidade”. Com o uso de massa de modelar, a pedido da pesquisadora, as participantes representaram órgãos eróticos, erógenos ou reprodutivos. Todas as participantes, com naturalidade, conseguiram desempenhar a tarefa, o que denotou um bom grau de esclarecimento sobre seus corpos e sexualidade – fato que pode estar diretamente

relacionado ao grau de instrução superior dessas participantes, e supostamente não se repetiria em amostras com outras realidades culturais. Ao fim da sessão, foi solicitado que refletissem sobre o que seria levado para casa a partir do tema sexualidade.

4º Encontro

Objetivo: Discutir sobre os tipos de violência.

Quadro 5. Quarta oficina

Momento	Conteúdo
Introdução	Retomar a sessão anterior: O que ficou para mim?
Dinâmica	Montar um mural com os tipos de violência: Física, Psicológica, Sexual, Moral e Patrimonial.
Desenvolvimento	Apresentar vídeos com temática sobre violência, os tipos de violência e a Lei Maria da Penha; Vídeo: Como você reage à violência contra a mulher Homens que agredem mulher seguem ciclo da violência. Discutir sobre tipos de violência e ciclo da violência; Construir mural com as correspondências sobre as violências. Ex. Bater: violência física; Ameaça: violência psicológica.
Encerramento	Síntese da oficina - Momento aberto para avaliar e discutir sobre o que levam para seu dia a dia.

Fonte: o autor.

Inicialmente, retornou-se à sessão anterior para que pudessem falar sobre o que refletiram a respeito da sexualidade e como puderam trazer isso para o seu dia a dia. Logo após, iniciou-se o tema objetivo da sessão: “violência e os tipos de violência”. De forma propositalmente insistente, pergunta-se: “O que é violência?” Para auxiliar nessa compreensão, foi utilizado o vídeo “Como você reage à violência contra a mulher”. Esse foi um momento de grande comoção no grupo. Na sequência, prosseguiram com a montagem de murais sobre cada tipo de violência a partir de subgrupos, sendo posteriormente apresentados por meio das imagens por elas selecionadas. A apresentação do vídeo “Homens que agredem mulheres seguem o ciclo de violência”

trouxe muita comoção ao grupo, que se abriu à perspectiva de expor suas histórias de vida e as violências sofridas.

5º Encontro

Objetivo: Apresentar as Instituições responsáveis pelo cuidado (conforme Quadro 6).

Quadro 6. Quinta oficina

Momento	Conteúdo
Introdução	Retomar a sessão anterior: O que ficou para mim?
Desenvolvimento	Apresentar os órgãos responsáveis pela rede de apoio à mulher. Despertar para a unidade do grupo, para que possa dar continuidade em atividades em conjunto. Como foram as oficinas preventivas - quais as sugestões? Vídeo: “Quero me curar de mim” /Empoderamento Feminino.
Encerramento	Síntese da oficina - Momento aberto para avaliar e discutir sobre o que levam para seu dia a dia.

Fonte: o autor.

Novamente, iniciou-se a sessão retomando o que havia sido refletido durante a semana, e novas dúvidas e comentários apareceram sobre os tipos de violência. Após essa discussão, iniciou-se a temática da quinta oficina, que era apresentar a rede de apoio à mulher. Ao dar início, a pesquisadora inseriu o tema sobre a rede de proteção à mulher, comentando sobre órgãos específicos que desenvolvem esse trabalho na região de Curitiba. Foram apresentados os CRAs, CREAS, Casa da Mulher Brasileira e Delegacia da mulher. Bastante curioso o fato de que, apesar do elevado grau de instrução, muitas dessas participantes não tinham conhecimento de forma efetiva dos órgãos e instituições que compõem a rede de proteção e cuidado à mulher vítima de violência. Nesse sentido, a oficina contribuiu grandemente para o esclarecimento dessas mulheres. O encerramento da sessão se deu com a apresentação do vídeo “Quero me curar de mim”, e novamente a pergunta e respeito do que elas levariam para casa a partir do conteúdo proposto, para que pudessem refletir sobre o poder feminino.

Na última oficina, o objetivo era receber uma avaliação geral sobre a importância e o significado que esses encontros tinham repercutido nas participantes. Segundo a opinião das participantes, o resultado foi muito positivo, e evidenciou-se, na grande maioria dos casos, a intenção de envolver-se em novas oportunidades para discutir sobre esses temas. No final da sessão, aplicou-se o questionário pós pra o grupo Intervenção.

6º Encontro

Objetivo: Avaliar a intervenção (conforme detalhado no Quadro 7).

Quadro 7. Sexta oficina.

Momento	Conteúdo
Introdução	Avaliar de maneira geral a intervenção.
Dinâmica	Mural com os temas apresentados nas sessões.
Desenvolvimento	Avaliar as atividades desenvolvidas durante o processo de intervenção. - O que mudou a partir da Intervenção? - O que queremos a partir dessa intervenção?
Encerramento	Síntese da oficina - Avaliação - Encerramento

Fonte: o autor.

A seguir, contextualizam-se os encontros com as participantes do grupo Intervenção a partir dos conteúdos que foram surgindo de forma aleatória. Para organização de tais conteúdos, apresentam-se os quadros abaixo:

Quadro 8.

Categorias de discurso das oficinas

item	Categorias	Quadro
1	Tradição e desinformação	09
2	Fragilidades da rede de proteção	10
3	A mulher como corresponsável pela violência	11

Fonte: Oficinas realizadas.

Quadro 09.
Subcategorias de “Tradição e desinformação”.

Categoria	Subcategoria
1-Tradição e desinformação	1-A limitação da identidade pela lógica sexista 2-A responsabilidade exclusiva sobre as atividades domésticas 3-O desmerecimento da mulher no ambiente de trabalho

Fonte: Oficinas realizadas.

4.2. A limitação da identidade pela lógica sexista

Segundo uma das participantes (p10), “Os homens carregam um sentimento de que nós mulheres já conseguimos muito, e a gente sabe que ainda tem muito a ser conquistado.”, e neste contexto está a necessidade da quebra da “reprodução desta realidade discriminatória dentro da própria família, acabando com os ciclos e repetições de padrão.” (p4). Logo, nota-se que há consciência, entre as participantes, de que exista um ciclo, que é reproduzido pela tradição numa divisão sexista que pode ser observada mesmo em brincadeiras de criança. Relatando sobre as experiências de sua infância, uma delas lembra que “as meninas tinham bonecas (filhos), vassouras e cozinhas, enquanto os meninos tinham carros, foguetes etc. Eles podiam ter sonhos, já a menina aprende que tem que cuidar de casa, mesmo nos brinquedos” (p13), conforme segue:

É a partir de detalhes sutis como os brinquedos infantis, a exemplo do carrinho, da arma e da boneca, que a criança é preparada para o espaço público, reservado ao masculino e, portanto, o mais violento, e o privado, reservado ao feminino, o da submissão. O carro e o revólver, simbolizando o espaço público, representam a violência, a decisão, o domínio etc. A boneca está associada ao trabalho da casa, ao fogão e à maternidade. (FISCHER & MARQUES, 2001, n.p.).

Neste caso, também cabe às mulheres a reflexão sobre seus papéis na reprodução e manutenção de certas tradições. Conforme indica uma participante: “Até que ponto o homem vai abrir mão deste poder que ele tem, deste “patriarquismo” pra dar esta voz que a mulher tanto busca?” (p23). Para Saffioti (2004), o patriarcado admite a opressão utilizando-se da ideologia e violência como principais bases, subjugando as mulheres e concedendo ao homem poderes sobre elas. Segundo a autora, junto com o capitalismo e

o racismo, este modelo de desenvolvimento social forma as bases da hierarquia que constituem a sociedade contemporânea.

É importante salientar, aqui, que dentre os discursos dessas mulheres não existiu a preocupação de uma clara diferenciação entre os conceitos de machismo e sexismo, embora o segundo conceito impacte na realidade das famílias de forma contundente. Apenas para fins de uma leitura mais fluida, se discorrerá que o sexismo, diferentemente do machismo, acaba por agredir pessoas de ambos os sexos biológicos, pois dita estereótipos e crenças, limitando assim a vida de indivíduos que porventura almejem realidades diferentes de tais expectativas (Nascimento, Amorin & Mota, 2016).

Segundo as participantes, existe “a aceitação da mulher diante da imposição de um papel que é a vontade dos outros” (p7), e, por mais que a mulher tente fazer valer os seus desejos, “essa tentativa de resgatar a sua identidade . . . é barrada pela família” (p3).

Abre-se, aqui, um parêntese para debater sobre tais discursos, lembrando a tendência do indivíduo a não enxergar o seu papel decisivo dentro da sua própria realidade, colocando-se como refém de uma ameaça externa, e não considerando que a própria mulher é agente ativa na continuidade das tradições patriarcais e, sendo assim, no processo de limitação da própria identidade.

Nesse sentido, apresenta-se o medo da decisão entre dois sofrimentos, o sofrimento cômodo da manutenção dos hábitos sociais e o sofrimento do desconhecido, conforme pode-se evidenciar no discurso da participante (p9): “é difícil romper com essa cultura patriarcal . . . quem vem com essa ideia de rompimento, sofre”.

Nesse caso, as influências sofridas durante séculos pelo sexo feminino, seja por meio da escola, família, religião ou outras instituições, fortalecem uma autoimagem de

inferioridade em que “a própria mulher reproduz a superioridade masculina através da educação familiar ou informal (Fischer & Marques, 2001).

Ainda deve-se considerar que, em alguns casos, também pode agravar-se a submissão aceita por essas mulheres através de um discurso de autoconsolação, passando pela possível comparação de situações regionais e culturais, conforme evidenciado na fala da participante: “a gente que mora em cidade grande, já é mais instruída a sair deste padrão, mas para aqueles que moram no interior pode ser mais difícil, pois eles não têm acesso a essa informação” (p15).

4.3. A responsabilidade exclusiva sobre as atividades domésticas

Uma das questões fundamentais dos debates realizados durante as intervenções pôde ser evidenciada segundo o relato de uma das participantes: “passa por gerações esta questão do trabalho doméstico como papel da mulher. A menina não pode perder tempo, enquanto os irmãos podem”. A atribuição das responsabilidades domésticas exclusivamente ao sexo feminino e, por outro lado, a supervalorização cultural de homens que contribuem na realização destas tarefas, foram levantadas pela participante (60): “porque que essas tarefas são da mulher e quando o homem está fazendo é vangloriado. Não é uma questão de estar ajudando, é dividir tarefas, não é ajudar. Não é papel de um só”. A supervalorização dada aos homens que contribuem de forma mínima com os trabalhos domésticos é ainda ironizada pela participante (30): “da uma estrelinha pro homem porque ele buscou a criança na creche, buscou a criança na escola”(p2).

Outra participante afirma: “Teria que ser normal um homem fazendo isso, sendo que os dois são capazes de fazer, e não é uma obrigação da mulher” (p15). Mesmo quando a mulher cumpre com uma jornada de trabalho remunerado, a responsabilidade

do cuidar da família recai sobre ela, conforme afirmam as participantes: “por que a mulher pode ter o emprego dela, mas a família vem em primeiro lugar. Onde já se viu a mulher não colocar a família em primeiro lugar?” (p60); “a mulher tem essa obrigação de cuidar da casa e muitas vezes de trabalhar, e o homem muitas vezes chega em casa e não faz nada” (p15).

Sobre o Supracitado:

O relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico. Acontece que, através desse fenômeno, o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres (Passos De Souza & Guedes, 2016, p.123).

Entre os discursos das participantes, observa-se a existência de preconceito dos homens com relação às mulheres que dedicam integralmente o seu tempo aos cuidados domésticos. Uma das participantes relata que seu parceiro passou a realizar os serviços domésticos e a depender financeiramente dela:

ele largou o emprego e foi cuidar dos filhos. . .e ele disse o quanto foi penoso, que ele teve que lavar a casa o tempo inteiro e que ele se sentia super desvalorizado. Ele contou que os amigos dele falavam "nossa, que vida boa, porque eu queria ficar em casa no bem bom, só fazendo compra no shopping” (p54).

Segundo uma participante, “eu sou dona de casa, e não me desmereço por causa disso. Se meu marido me desrespeita em casa eu pontuo, eu mostro, eu não aceito” (p14), ao que complementa outra participante: “eu acho que é justamente você poder ser dona de casa, você poder escolher. Acho que o feminismo vem para que você possa fazer esta escolha” (p47). Corroborando esta ideia, Braga, Miranda e Correio (2018) afirmam que “A partir das modificações nos padrões sociais e culturais, dos avanços da ciência, as mulheres vêm ampliando seu espaço dentro da sociedade e, conseqüentemente, conquistando maior liberdade de escolha” (p. 523).

4.4. O desmerecimento da mulher no ambiente de trabalho

Desmerecer a mulher no trabalho pode ser considerado um movimento previsível da reação dos homens na tentativa de preservação de uma hegemonia historicamente masculina, que hoje encontra-se ameaçada pelo recente acesso das mulheres ao mundo do trabalho e à esfera pública, pois “Durante um período considerável de tempo, as atribuições sociais, ao mesmo tempo que limitavam as mulheres a permanecerem no espaço privado, delegavam aos homens, como ‘destino natural’, o espaço público.” (De Souza & Guedes, p.123).

Também é claro que a diferenciação de oportunidades profissionais entre homens e mulheres é uma das variáveis mais observadas e resulta da perspectiva patriarcal de gênero e, de certa forma, de uma aceitação e naturalização da sociedade, a tal ponto que entre as participantes observou-se uma crença na existência de profissões destinadas a homens e mulheres. Segundo uma participante: “a gente tem a tendência de acabar segregando estas situações e colocando sempre que existem profissões para homem e profissões para mulher” (p1).

Ainda existe estranhamento da sociedade ao perceber que as mulheres estão tomando cada vez mais espaço nas profissões anteriormente consideradas masculinas. É o que se nota na afirmação de uma participante: “quando a gente vê uma mulher tomando frente, que profissões são livres para quaisquer pessoas, ou choca ou surpreende” (p1).

Nesse sentido, a ideia da necessidade de um estereótipo feminino “mulher guerreira que sabe bem o que quer da vida e está rompendo com preconceitos” (p52) é contraposta pelo medo de possíveis sanções sociais, considerando-se que, ao mesmo tempo que essa nova mulher se sobressai profissionalmente, fica vulnerável aos

julgamentos estigmatizantes. A preocupação com essa dicotomia entre o perfil de uma “mulher guerreira” e as consequências negativas desse empoderamento está representada no relato de uma das participantes: ao mesmo tempo que descreve sua mãe enfermeira com orgulho, dizendo que ela, como outras colegas profissionais, “carrega pacientes de 180 kg nos braços” (p56), por outro lado, preocupadamente, relata a reação das pessoas a esse perfil profissional, comentando que “é bem engraçado isso de como é enraizada essa cultura e as pessoas desmerecem ela por esse quesito”. (p56).

Uma das dificuldades encontradas pelas mulheres no mundo profissional é o estigma da masculinização:

... a necessidade de se retratar sempre como heroína cria uma situação de alerta constante, em que a mulher perde o direito de apenas existir como líder, mas precisa adaptar seus comportamentos – muitas vezes masculinizando-se e retraindo características ditas como femininas, como sensibilidade, no âmbito emocional, e vestimentas – e estar sempre disposta a expor seu sucesso. (Abrahão & Viel, 2018, p.13).

Um aspecto importante da desvalorização profissional da mulher pode estar oculto na objetificação do sexo feminino. Nessa condição, alguns homens tendem a agir de forma desrespeitosa com relação ao corpo da mulher, com o objetivo de atingi-la psicologicamente. Essa ideia encontra-se no relato de uma das participantes, que comenta sobre uma entrevista concedida por uma repórter a um programa de televisão:

A repórter entrevistava políticos (dando incertas). Alguns homens também faziam isso, mas ela notava que a reação dos políticos era diferente com ela por ser mulher. Eles também tentavam desmoralizar os homens, mas com ela a desmoralização era diferente. Tentavam diminuí-la falando do corpo . . . havia sempre uma conotação sexual. (p12).

Por outro lado, se existe a percepção de uma agressão de cunho moral em objetificações do sexo feminino que se assemelham a assédios sexuais, pode ser percebida também a tentativa de uma desvalorização da mulher através do exercício de um controle moralista, que tenta ditar regras de comportamento, sobretudo no que diz

respeito à forma de se vestir. Tal percepção pode ser interpretada no relato de uma das participantes, quando explica os motivos pelos quais deixou de exercer um cargo importante em uma empresa multinacional e passou a dedicar-se integralmente aos cuidados domésticos:

Eu não me importo de sentar a uma mesa de reunião com diversos homens, e discutir por menor preço, condições melhores e tals, mas eu me nego a sentar numa mesa de reunião e ter que me defender pela blusa que eu uso, pela saia que eu uso. (p14)

As participantes também relataram que são vítimas de outro preconceito, relacionado à subestimação da sua inteligência de acordo com a crença na superioridade intelectual masculina, conforme destacado por uma delas: “A pretensão do homem de querer saber tudo e nos ensinar, como se a gente fosse burra” (p19). Para Fischer & Marques (2001), esse tipo de desvalorização está ligado à hegemonia masculina que vem sendo sustentada pela maioria dos formadores de opinião ao longo do desenvolvimento da humanidade.

Segundo uma participante, “o uso do tom de voz mais alto numa discussão, como meio de intimidar a mulher . . . é uma forma de machismo tão disfarçado que nem eles percebem” (p20). Nota-se, aqui, que o uso da violência psicológica e /ou moral dentro do ambiente de trabalho também ocorre de forma intimidatória.

De acordo com os dados encontrados no mapa da violência (Waiselfisz, 2015), o ambiente de trabalho é o terceiro local onde mais ocorrem as violências contra a mulher praticadas por pessoas conhecidas. Os números apontam que 221.968 casos registrados (9,1%) no período, dentro das condições citadas, aconteceram no ambiente de trabalho. Se agregados os espaços educacionais, esse percentual sobe para 11,7%, chegando aos 285.050 casos. Outro fator agravante no desequilíbrio das relações de trabalho entre homens e mulheres está na alienação de chefes masculinos com relação à dupla jornada de trabalho feminina, que pode ser fator determinante para desqualificações da mulher em um processo de ascensão profissional, conforme o exemplo citado de uma participante:

Quando ele era chefe na empresa dele ele só promovia homem, pois quando dava o final do expediente ele constatava que só os homens ainda estavam no escritório . . . depois que ele teve que passar um tempo em casa, cuidando das atividades domésticas, ele percebeu que as mulheres saíam mais cedo por causa das suas tarefas domésticas. O homem pode ficar mais tempo no trabalho porque tem uma mulher cobrindo estas tarefas, já a mulher não. (p54)

Quadro 10.

Subcategoria de “Fragilidades da rede de proteção”

Categoria	Subcategoria
2-Fragilidades da rede de proteção	1-O despreparo e/ou descaso dos órgãos oficiais

Fonte: Oficinas realizadas.

4.5 O despreparo e/ou descaso dos órgãos oficiais

Observa-se que as participantes consideram que existe despreparo ou descaso, por parte de alguns órgãos oficiais, quanto ao atendimento dado às vítimas de violência. Isso pode ser percebido em falas como: “A gente ligou para a polícia, e a polícia não foi . . . então eu não sei, assim, até que ponto dá pra confiar nisso . . . porque o processo é lento, tudo demora, e é um sentimento angustiante” (p56); “Os policiais militares são homens. . . que tipo de homens são estes policiais? O que eles aprenderam para serem policiais?” (S/N). A postura de impotência de alguns policiais também é descrita nos discursos: “falavam assim... ‘ninguém morreu, eu não tenho o que fazer...’ minha mãe, teve um dia que ela ficou muito puta..., disse assim: ‘tá, se a mulher tiver morta aqui na frente da minha casa vocês vão vir buscar?’” (p6). Stuker (2016) lembra que o papel da administração pública no combate à violência contra mulheres é um assunto complexo e desafiador, e que, especificamente no caso da força policial, vem de encontro a tradições de repressão e também de burocracia, sem falar nas questões relacionadas ao gênero. Esses aspectos demonstram o afastamento da força policial da realidade demandada pelas vítimas, apesar da criação das delegacias especializadas.

Quadro 11.

Subcategoria de “A mulher como corresponsável pela violência”

Categoria	Subcategoria
3-A mulher como corresponsável pela violência	1-Eu também sou opressora

Fonte: Oficinas realizadas.

5. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS:

5.1 Caracterização das participantes

Participaram do estudo 57 mulheres, sendo que 30 mulheres estavam no grupo Intervenção e 22 mulheres no grupo Controle.

Tabela 1. Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) dados sociodemográficos.

Variável	Grupo Intervenção	Grupo Controle	Total
	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Média para a idade	23 anos	35 anos	28 anos
Trabalha atualmente			
Sim	20,0%	54,5%	34,6%
Não	80,0%	45,5%	65,4%
	(n=13)	(n=15)	(n=28)
**Média da renda individual	R\$ 1.300	R\$ 1.835,60	R\$ 1.586,93
	(n=26)	(n=18)	(n=44)
**Média da renda familiar	R\$ 7.685,77	R\$ 8.727,78	R\$ 8.112,05
*Classe econômica	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Classe A	23,3%	50,0%	34,6%
Classe B1	43,3%	18,2%	32,7%
Classe B2	26,7%	27,3%	26,9%
Classe C1	6,7%	4,5%	5,8%
Cor ou raça	(n=29)	(n=22)	(n=51)
Amarela	10,3%	4,5%	7,8%
Branca	72,4%	86,4%	78,4%
Negra	3,4%	—	2,0%
Parda	6,9%	9,1%	7,8%
Origem indígena	6,9%	—	3,9%

Fonte: Oficinas realizadas.

* As categorias baseiam-se no Critério Brasil de Classificação Econômica.

** Foi desconsiderado um caso, devido a valores discrepantes na resposta do questionário.

A média da idade das participantes foi de 28 anos completos; para o grupo Intervenção, a média era de 23 anos; e para o grupo controle, a média era de 35 anos. Em estudo realizado com uma amostragem de 506 casos de violência por parceiros íntimos atendidos por serviços de urgência do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2014, Garcia e Silva (2018) constatam que, entre as mulheres vítimas de violência, 29,6%

estão na faixa etária compreendida entre 20 e 29 anos de idade, perdendo apenas para a faixa que vai de 30 a 39 anos, com 36,4% dos casos.

No grupo Intervenção, 20% das participantes responderam que trabalhavam, ao passo que no grupo Controle foram 54,5%, perfazendo um total geral 65,4% de participantes que não estavam trabalhando no momento da aplicação do primeiro questionário. Os estudos realizados por Garcia & Silva (2018) também revelam que 50,4% das mulheres atendidas não exerciam atividade remunerada.

A renda individual média era de R\$ 1.300,00 para o grupo Intervenção e R\$1.835,60 para o grupo Controle. No total, a renda média individual era de R\$ 1.586,93. A renda média familiar das participantes era de R\$7.685,77 para o grupo intervenção e R\$ 8.727,78 para o grupo controle. Para o total, a renda média familiar era de R\$8.112,05.

A classificação econômica a partir do escore contido no Critério Brasil demonstra que 34,6% das participantes pertenciam à classe A; 32,7% à classe B1; 26,9% à classe B2; e 5,8% à classe C1. As classes C2, D e E não tiveram representantes em ambos os grupos. Nota-se a prevalência de 50% das participantes da classe A no grupo Controle, e de 43,3% das participantes da classe B1 no grupo Intervenção. Pode-se afirmar que ambos os grupos não estão dentro da distribuição esperada para a cidade de Curitiba, que é de 5,4% de pertencentes à classe A e 8,2% pertencentes à classe B1 (Abep, 2016). Embora muitos estudos associem maiores índices de violência doméstica entre parceiros íntimos à baixa escolaridade e às classes sociais menos abastadas, “Isso não significa que mulheres de classes mais favorecidas e com mais anos de escolaridade também não enfrentem situações de violência” (Gadoni-Costa, Zucatti e Dellaglio, 2011, p. 222-223). Os autores afirmam que as alternativas na rede de amparo a mulheres

nessas condições privilegiadas podem, de certa maneira, provocar uma sub-representação em registros públicos de agressão.

Nota-se que a maioria das participantes era de cor branca (78,4%), seguida da cor parda (7,8%) e da cor amarela (7,8%).

Tabela 2. Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) para família e experiência sexual.

Variável	Grupo Intervenção	Grupo Controle	Total
Estado Conjugal	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Solteira	70,0%	27,3%	51,9%
Casada	13,3%	68,2%	36,5%
Divorciada	3,3%	—	1,9%
Mora junto	3,3%	—	1,9%
União estável	10,0%	4,5%	7,7%
Média de pessoas com que divide a residência	(n=28) 2 pessoas	(n=22) 3 pessoas	(n=50) —
Qual o sexo do seu parceiro	(n=24)	(n=22)	(n=46)
Feminino	12,5%	4,5%	8,7%
Masculino	87,5%	95,5%	91,3%
Já teve parceiros estáveis anteriormente	(n=30)	(n=22)	(52)
Sim	30,0%	27,3%	28,8%
Não	70,0%	72,7%	71,2%

Fonte: Oficinas realizadas.

Observa-se que 70% das participantes do grupo Intervenção eram solteiras, contra 13,3% de participantes casadas. Para o grupo Controle, a proporção entre casadas e solteiras foi inversa, sendo que 68,2% das mulheres eram casadas e 27,3% solteiras. Em estudo realizado com uma amostra de 886 mulheres atendidas no período de 1993 a 2007 na Pousada da Maria (instituição ligada à Fundação de Ação Social - FAS), em Curitiba/PR, constatou-se que 47,98% das vítimas de agressão eram mulheres solteiras, sendo que os agressores para todas as categorias de estado conjugal eram os companheiros em 71,41% dos casos analisados. É fato que a prevalência dos casos é de mulheres com baixo nível de escolaridade (Labronici, Ferraz, Trigueiro, & Fegadoli,

2010), porém, por motivos já apresentados anteriormente (Tabela 1), não podemos afirmar que não existam casos de violência que vitimizem mulheres com maior grau de instrução.

A média de pessoas com que dividiam a residência era de duas pessoas para o grupo Intervenção e três pessoas para o grupo Controle. Observa-se que 12,5% das participantes do grupo Intervenção e 4,5% das do grupo Controle tinham relações homoafetivas. No total, 91,3% das participantes dos dois grupos afirmaram ter parceiros do sexo oposto. Tiveram relacionamentos estáveis anteriormente 30% das participantes do grupo intervenção e 27,3 % das participantes do grupo controle. No total, 71,2% das participantes não tiveram relacionamentos estáveis anteriores.

Tabela 3. Apresentação das respostas (abertas) sobre o motivo para o término da relação anterior.

Respondentes (N=18)	Total de respostas
Respostas apresentadas	(n=21)
Brigas / Violência	38,1%
Traição / Ciúmes	23,8%
Relacionamento abusivo	9,5%
Frieza / Distância	23,8%
Depois de anos, descobri que havia casado com um psicopata	4,8%

Fonte: Oficinas realizadas.

Quando perguntadas sobre os motivos para o término dos relacionamentos, das 21 respostas apresentadas por 18 participantes, 38,1% foram relacionadas a brigas e violência, 23,8% das respostas foram relacionadas a traição e/ ou ciúmes. Uma participante afirmou: “Depois de anos, descobri que estava casada com um psicopata”. As demais respostas, tais como relacionamento abusivo e frieza/distância, totalizaram 33,3% das participantes. Os resultados demonstram que nenhuma das respostas desse grupo esteve associada ao uso abusivo de álcool ou drogas, diferenciando-se da pesquisa realizada por Vieira, Cortes, Padoin, Souza, Paula e Terra (2014), em que o abuso de álcool ou drogas surgiu como um potencializador da violência de parceiro

íntimo contra a mulher. Entre os principais assuntos que motivam os conflitos entre os casais (Mosmann & Falcke, 2011), em primeiro lugar estão os relacionados à relação do casal com os filhos; em segundo lugar, o tempo que o casal desfruta junto; em terceiro, o dinheiro; e em quarto, as tarefas domésticas. Por último, são listados o sexo e as questões legais. Segundo os autores, discussões severas estão presentes em 75,8% dos casais estudados e desencadeiam agressão física em 7,3% dos casos.

Tabela 4. Distribuição dos percentuais da amostra (n=52) para aspectos religiosos.

Variável	Grupo Intervenção	Grupo Controle	Total
Conhece ou ouviu falar da Campanha da Fraternidade 2018 sobre a violência	(n=29)	(n=22)	(n=51)
Sim	34,5%	36,4%	35,3%
Não	65,5%	63,6%	64,7%
Participou de algum curso ou formação sobre a campanha da fraternidade	(n=29)	(n=22)	(n=51)
Sim	—	—	0
Não	—	—	100%
Qual a sua religião	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Católica	30,0%	18,2%	25,0
Evangélica	6,7%	27,3%	15,4%
Protestante	6,7%	9,1%	7,7%
Espírita	10,0%	18,2%	13,5%
Umbanda / Candomblé	6,7%	—	3,8%
Sou atea	16,7%	4,5%	11,5%
Outros	23,3%	22,7%	23,1%
Com que frequência participa da Igreja/casa/comunidade	(n=25)	(n=21)	(n=46)
Nunca	16,0%	9,5%	13,00%
De vez em quando	52,0%	33,3%	43,5%
Mensalmente	4,0%	—	2,2%
Semanalmente	28%	52,4%	39,1%
Diariamente	—	4,8%	2,2%
Qual a importância da religião na sua vida	(n=25)	(n=20)	(n=45)
Nada importante / Pouco importante	36,0%	10,0%	24,4%
Importante / Muito importante	64,4%	90%	75,6%

Fonte: Oficinas realizadas.

Quando questionadas se conheciam ou ouviram falar da campanha da fraternidade 2018, 65,5% das participantes do grupo Intervenção e 63,6% das

participantes do grupo Controle responderam que não. No total das participantes, nenhuma participou de algum curso ou formação sobre a campanha da fraternidade. Observa-se que 25% das participantes eram católicas, seguidas das evangélicas (15,4%), espíritas (13,5%) e protestantes (7,7%), perfazendo um total de 61,6% de predominância cristã. Umbanda/Candomblé, outras religiões e o ateísmo perfazem no grupo um total de 38,4%. Excetuando-se o grupo que se denomina ateu (6 participantes), 2,2% participavam diariamente de cultos, missas e reuniões em suas instituições religiosas; 39,1% participavam semanalmente; 2,2% participavam mensalmente; 43,5% participavam com uma frequência menor que mensalmente; e 13,0% afirmaram nunca participavam. Entre as participantes não ateias, 24,4% afirmaram que a religião tinha pouca ou nenhuma importância em suas vidas; 75,6% das participantes afirmaram que a importância da religião era entre moderada e muito importante.

Segundo Souza e Oshiro (2018), as parcerias realizadas entre Estado e Igreja para o combate à violência doméstica têm apresentado alguns resultados positivos. O Estado encontra barreiras para acessar o que ocorre no interior da casa das vítimas. Já os pastores ou líderes religiosos acabam por tornar as Igrejas mais eficientes no acesso ao interior das famílias que as frequentam, pois pode existir um maior grau de confiança tanto por parte das vítimas quanto dos agressores. Existe, também, boa vontade de muitos líderes em trabalhar na cessação da violência doméstica, seja por meio de aconselhamentos ou orações. Porém, é necessário um melhor treinamento entre esses agentes, que por vezes acabam perpetuando tradições religiosas e com resquícios do discurso de sacralização da submissão feminina (Souza e Oshiro, 2018).

Tabela 5. Distribuição dos percentuais da amostra (n=57) Quanto a ter presenciado a violência e quanto ao sentimento de naturalização da violência.

Variável	Grupo Intervenção	Grupo Controle	Total
Você presenciou recentemente algum ato de violência contra a mulher?	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Sim	40,0%	36,4%	38,5%
Não	60,0%	63,6%	61,5%
Na sua infância ou adolescência você presenciou algum ato de violência contra uma mulher?	(n=29)	(n=21)	(n=29)
Sim	65,5%	52,4%	60,0%
Não	34,5%	47,6%	40,0%
Onde você mora é normal uma mulher sofrer violência?	(n=28)	(n=20)	(n=48)
Sim	17,9%	10,0%	14,6%
Não	82,1%	90,0%	85,4%
Você considera normal uma mulher sofrer violência?	(n=30)	(n=21)	(n=41)
Nunca	100%	100%	100%
Às Vezes	—	—	—
Sempre	—	—	—

Fonte: Oficinas realizadas.

Quando perguntadas se recentemente tinham presenciado algum ato de violência contra a mulher, 40,0% do grupo Intervenção e 36,4% do grupo Controle responderam que sim. No total, 61,5% das participantes afirmaram não ter presenciado nenhum ato de violência recentemente. Ao ser perguntadas se na infância ou adolescência presenciaram algum ato de violência contra a mulher, 65,5% do grupo Intervenção e 52,4% do grupo Controle responderam que sim. No total, 40,0% das participantes responderam não ter presenciado atos de violência na infância e/ou adolescência. Mulheres que presenciaram violência em seus lares quando crianças/adolescentes por vezes não conseguem livrar-se do ciclo de violência, e passam a reproduzir o padrão vivido na infância/adolescência (Sagim, 2018). Segundo a autora, para as crianças, as consequências de presenciarem violência contra as suas mães podem ser ainda mais graves do que quando elas são as vítimas da violência dos pais.

Ao serem questionadas se no local onde moravam era normal uma mulher sofrer violência, 17,9% do grupo Intervenção e 10,0% do grupo Controle responderam que sim. Observou-se que 85,4% das participantes responderam que não era normal uma mulher sofrer violência no local onde moravam. Também se observou que 100% das participantes não consideravam normal uma mulher sofrer violência. Tais resultados indicam que não há um sentimento de naturalização da violência entre as participantes, mas pode haver, sim, o desconhecimento dos tipos de violência, que acaba por contribuir para uma “invisibilidade” que dificulta a realização de intervenções (Schreiber, 2001). Segundo Guimarães & Pedrosa (2015, p. 259), “A percepção da violência está associada com uma identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando se ultrapassa limites, estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo”. Portanto, faz-se importante a compreensão dos tipos de violência, para que tal fenômeno não fique atrelado somente aos extremos da violência física.

Tabela 6. Distribuição dos percentuais da amostra (n=57) Quanto a ter sofrido algum tipo de violência.

Variável	Grupo Intervenção	Grupo Controle	Total
Você já sofreu algum tipo de violência contra a mulher?	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Sim	63,3%	68,2%	65,4%
Não	36,7%	31,8%	34,6%
Você já sofreu violência física?	(n=29)	(n=21)	(n=50)
Sim	27,6%	19,0%	24,0%
Não	72,4%	81,0%	76,0%
Você já sofreu violência psicológica?	(n=29)	(n=22)	(n=51)
Sim	65,5%	63,6%	64,7%
Não	34,5%	36,4%	35,3%
Você já sofreu violência sexual?	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Sim	26,7%	13,6%	21,2%
Não	73,3%	86,4%	78,8%
Você já sofreu violência patrimonial?	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Sim	6,7%	4,5%	5,8%
Não	93,3%	95,5%	94,2%
Você já sofreu violência moral?	(n=30)	(n=22)	(n=52)
Sim	26,7%	22,7%	25,0%
Não	73,3%	77,3%	75,0%

Fonte: Oficinas realizadas.

Quando perguntadas se já sofreram algum tipo de violência contra a mulher, 63,3% das participantes do grupo Intervenção e 68,2 % das participantes do grupo Controle afirmam que sim. No total, 34,6% das participantes afirmaram não ter sofrido violência contra a mulher. Esse valor se aproxima dos dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2013), de acordo com os quais, em alguns países, 70% das mulheres são vítimas de algum tipo de violência.

Observa-se que 27,6% das estudantes do grupo Intervenção e 19,0% do grupo Controle admitiram já ter sofrido violência física. Um estudo realizado com 927 mães jovens, com baixo grau de instrução e renda, na cidade do Rio de Janeiro, chegou a resultados semelhantes aos do grupo Intervenção. Segundo o autor, esses números apontam para a “necessidade de enfrentamento imediato do problema. Para isso, é fundamental que os serviços da atenção primária estejam articulados a outras redes de apoio e os profissionais de saúde, preparados para lidar com o problema” (Moraes et. al, 2017, p. 1).

Em ordem decrescente, os demais tipos de violência sofridos pelo grupo de mulheres estudado foram: violência psicológica, com 65,5% das participantes do grupo Intervenção e 63,6 % das participantes do grupo Controle; violência moral, com 26,7% para o grupo Intervenção e 22,7% para o grupo Controle; violência sexual, com 26,7% para o grupo Intervenção e 13,6% para o grupo Controle. A violência patrimonial foi o tipo de violência contra a mulher com o menor percentual de vítimas nos grupos estudados: 6,7% das mulheres do grupo Intervenção e 4,5% das do grupo Controle admitiram já ter sofrido esse tipo de violência.

Waiselfisz (2015) afirma que a violência física foi a principal forma de violência sofrida por mulheres jovens e adultas atendidas pelo SUS em 2014, com 48,7% dos atendimentos, contra 23 % de casos de violência psicológica. Para a violência sexual, os

índices foram de 11,9%, sendo que em 53,3% dos casos as vítimas de tal abuso eram crianças e adolescentes. Ao serem consideradas apenas as agressões impostas por pessoas conhecidas sofridas por mulheres com 18 anos ou mais, no ano de 2013, o número é de 2.433.865 casos registrados. Os parceiros íntimos são os autores dessas agressões em 22,6% dos casos (549.540), e os ex-parceiros em 12,5% (305.014). Os locais onde os maiores números de ocorrências aconteceram foram a residência, em 1.568.292 casos (64,4%), e a via pública, em 436.624 casos (17,9%). O maior número de casos de violência foi contra mulheres com faixa etária entre 30 e 59 anos, 1.461.197 casos (60,03%), seguido de mulheres com idade entre 18 e 29 anos, 799.236 (32,83%), e de mulheres com mais de 60 anos, 173.433 casos (7,12%) (Waiselfisz, 2015).

Para os casos de violências sofridas por mulheres adultas e cometidas por conhecidos, quando as vítimas foram questionadas sobre quais dessas agressões teriam sido mais graves, nota-se, na faixa etária que compreende mulheres dos 18 aos 29 anos, que o primeiro lugar em gravidade fica com a violência física, somando 446.003 respostas (55,8%), ao passo que a violência psicológica aparece em segundo lugar, com 287.181 respostas (35,9%). Tal lógica se inverte, aproximando-se dos números descobertos nesta pesquisa, nos casos de mulheres com idade entre 30 e 59 anos, nos quais a violência psicológica fica em primeiro lugar, com 746.959 respostas (51,1%), e a violência física em segundo lugar, com 572.015 respostas (39,01%). Para as mulheres com idade superior aos 60 anos, a violência psicológica também fica em primeiro lugar, com 130.019 respostas (75,0%), e o segundo lugar fica para a violência física, com 30.382 respostas (17,5%). A violência sexual, no mapa de 2015, está em último lugar em todas as faixas etárias, somando entre elas 0,5% do total das respostas, estando atrás das demais violências com 8,6% das respostas totais entre todas as faixas etárias.

(Waiselfisz, 2015). Os números apresentados pelo autor para a violência sexual estão abaixo dos encontrados em ambas as amostras deste trabalho.

5.2 As mulheres que já sofreram algum tipo de violência

Tabela 7. Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) quanto a vontade, reação e iniciativa em buscar recursos disponíveis contra a violência.

Variável	Total n=34
Você continua sofrendo violência?	(n=30)
Sim	15,8%
Não	84,2%
Você já recebeu atendimento de algum profissional para lidar com questões associadas à violência?	(n=34)
Sim	32,4%
Não	67,3%
Você deseja ser encaminhada para atendimento psicológico?	(n=33)
Sim	3,0%
Não	97,0%
Você gostaria de ter orientação jurídica, feita por um advogado?	(n=33)
Sim	3,0%
Não	97,0%
Frente à situação de violência o quê você fez?	(n=33)
Enfrentou o agressor	43,3%
Contou para parentes e amigos	30,0%
Saiu de casa e pediu ajuda a parentes e amigos	3,3%
Contou para profissional de saúde	6,7%
Contou para um advogado	3,3%
Não fez nada	13,3%
Já fez denúncia em delegacia, por violências sofridas?	(n=31)
Sim	22,6%
Não	77,4%

Fonte: Oficinas realizadas.

Dentre as participantes que já sofreram algum tipo de violência, 15,8% admitiram ainda estar sofrendo este tipo de violência. A reincidência no caso das violências contra a mulher é maior do que quando a violência é praticada contra os homens. No caso de mulheres adultas, o índice é de 54,1%, chegando a aumentar para 60,4% no caso de mulheres idosas, se considerados todos os tipos de violências

cometidas por conhecidos e desconhecidos (Waiselfisz, 2015). Em se tratando da violência praticada por conhecidos em mulheres com 18 anos ou mais, segundo o autor, a violência física é sofrida sistemicamente, ou seja, pelo menos uma vez na semana em 75.126 casos (7,17%). Este número ainda é maior para violência psicológica, chegando a 197.684 casos (16,9%). Para a violência sexual, o número de casos com frequência sistêmica é de 777 (6,0%), e para os outros tipos de violência o número de casos é de 17.609 (8,5%). Os números indicados pelo autor como “frequência esporádica”, ou seja, aqueles casos em que as violências se repetem de uma vez ao ano a uma vez ao mês, são de 973.274 casos (92,83%) para a violência física, 966.475 casos (83,1%) para violência psicológica, 12.273 casos (94,0%) para violência sexual e 190.647 casos (91,5%) para os demais tipos de violência.

Quando questionadas se já haviam recebido atendimento de algum profissional para lidar com questões relativas a violência, 67,3% das entrevistadas afirmaram não ter recebido. Observa-se, no entanto, que apenas 3,0% desejavam ser encaminhada para atendimento psicológico, e 3,0% gostariam de ter orientação jurídica. No caso de orientação jurídica, é sabido que, apesar dos esforços e das leis criadas na perspectiva de salvaguardar a integridade da mulher, ainda existe um sentimento de ineficiência jurídica, pois “os obstáculos para a universalização do acesso à justiça para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar... resultam sobretudo da falta de investimento público para a criação das estruturas necessárias” (Pasinato, 2015, p. 424).

Com relação às reações frente à violência sofrida, observa-se que 43,3% afirmaram ter enfrentado o agressor; 30% contaram para parentes ou amigos; 6,7% contaram para um profissional de saúde; e 3,3% afirmaram ter contado para um advogado. Apenas 3,3% saiu de casa e pediu ajuda a parentes e amigos, e 13,3% afirmaram não ter feito nada a respeito. Apenas 22,6% das mulheres que sofreram

violência registraram denúncia em delegacia. Esses dados corroboram com a dificuldade encontrada em quantificar a violência feminina por parceiro íntimo, tendo em vista que são mínimos os casos oficialmente registrados em órgãos oficiais de saúde ou delegacias (Schreiber, 2001; Menezes, Lima, Correia, Souza, Erdmann, & Gomes, 2014 ; Kind, Orsini, Nepomuceno, Gonçalves, Souza, & Ferreira, 2013).

Tabela 8. Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) quanto à informação dos recursos disponíveis contra a violência.

Variável	Total (n=34)
Você sabe se existe delegacia da mulher na sua cidade?	
Sim	85,3%
Você sabe onde fica a delegacia da mulher na sua cidade?	
Sim	38,2%
Conhece alguma ONG em que possa buscar ajuda, caso sofra violência?	
Sim	8,8%
Algum serviço público?	
Sim	38,2%
Você já participou de algum curso ou palestra que abordava o tema da violência?	
Sim	47,1%

Fonte: Oficinas realizadas.

Mesmo no grupo que afirmou ter sofrido algum tipo de violência (n=34), 14,7% afirmaram não saber se existia delegacia da mulher em sua cidade; 61,8% afirmaram não saber onde ficava a delegacia; 91,2% não conheciam ONGs que prestam auxílio às vítimas de violência; e 61,8% não conheciam serviços públicos que prestassem esse tipo de assistência. Quando questionadas se já participaram de algum curso ou palestra a respeito da violência, 52,9% responderam nunca ter participado. Tais dados, de uma perspectiva mais branda, evidenciam no grupo um desconhecimento sobre os recursos da rede de proteção à mulher, apontando para “necessidade de maior divulgação destes a fim de garantir à mulher o atendimento às suas necessidades” (Menezes et. al., 2014,

p. 784.). Porém, diante de perspectivas mais severas, estes mesmos dados nos colocam “frente a uma realidade de desarticulação e de inoperância das instituições sociais de suporte a mulheres vítimas de violência” (Santi, Nakano, & Lettiere, 2010 p. 423).

Tabela 9. Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) Quanto aos sentimentos de vergonha, culpa e capacidade de pedir ajuda.

Variável	Total (n=34)
Você já se sentiu culpada pela violência acontecer?	(n=23)
Nunca	26,1%
Às vezes	34,8%
Sempre	39,1%
Teria vergonha de contar para alguém?	(n=34)
Sim	41,2%
Não	58,8%
Se sente capaz de pedir ajuda?	(n=34)
Nunca	2,9%
Às vezes	23,5%
Na maioria das vezes	29,4%
Sempre	44,1%
Se sente capaz de chamar a polícia?	(n=34)
Nunca	11,8%
Às vezes	29,4%
Na maioria das vezes	11,8%
Sempre	47,1%

Fonte: Oficinas realizadas.

**** considerando apenas as participantes que responderam que moram com os filhos.**

***considerando apenas as participantes que responderam que não moram com os filhos.**

Quando questionadas sobre sentirem-se culpadas pela violência, no grupo Intervenção, 26,1% responderam que nunca se sentiram culpadas e 39,1% sentiam-se culpadas sempre. Observa-se que 34,8% das participantes acreditavam que a culpa não era exclusivamente do agressor e nem da vítima.

Quando questionadas se sentiam vergonha em contar para alguém sobre os episódios de violência sofridos, 41,2% das participantes que passaram por violência responderam que sim. Entretanto, apenas 2,9% das participantes responderam que

nunca se sentiam capazes de pedir ajuda, ao passo que 44,1% responderam que sempre se sentiam capazes.

Quanto à capacidade de recorrer à ajuda policial, 11,8% das participantes afirmaram não ter essa capacidade, 47,1% afirmaram sempre ter capacidade de chamar a polícia, ao passo que 41,2% afirmaram ter capacidade de chamar a polícia em determinadas situações. Tais dados evidenciam que ainda é grande o número de casos de mulheres que se sentem culpadas ou envergonhadas por ser vítimas de violência.

As principais motivações para a não denúncia e mesmo para o perdão e manutenção do ciclo de violência estão, por um lado, baseadas em medo do agressor e medo da ridicularização social, e, por outro lado, estão enraizadas em sentimentos afetivos nutridos em relação aos seus agressores, embora o medo também seja determinante em alguns casos para motivar a denúncia (Bigliardi & Antunes, 2018).

Tabela 10. Teste do Qui-Quadrado para associação entre ter presenciado violência na infância e ter sofrido violência Física, Psicológica, Sexual, Patrimonial e Moral (n=52).

Você já presenciou episódios de violência na infância ou adolescência?		Sim	Não	p
Já sofreu violência Física?	Sim	31%	10%	0,094
	Não	69%	90%	
Já sofreu violência Psicológica?	Sim	79%	50%	*0,033
	Não	21%	50%	
Já sofreu Violência Sexual?	Sim	33%	-	*0,003
	Não	67%	100%	
Já sofreu violência Patrimonial?	Sim	3%	10%	0,349
	Não	97%	90%	
Já sofreu violência Moral?	Sim	33%	15%	0,131
	Não	67%	85%	

Fonte: Oficinas realizadas.

P. Valor <0,05 (teste de Pearson Chi-square). Significância 95%

Na Tabela, 10 nota-se uma diferença estatisticamente relevante da variável ter ou não presenciado violência na infância, sobre a variável ter sofrido violência psicológica (p valor=0,033), sendo que mais participantes sofreram mais abuso

psicológico dentre aquelas que presenciaram algum tipo de violência na infância e/ou adolescência do que entre as que não presenciaram.

O mesmo foi observado com relação a violência Sexual (p valor=0,032): mais participantes afirmam ter sofrido esse tipo de violência entre as que presenciaram violência na infância, quando comparadas às que não sofreram violência na infância. Segundo estudos realizados por Godbout, Dutton, Lussier e Sabourin (2009), Milletich, Kelley, Doane e Pearson (2010), existem indícios de que presenciar violência familiar na adolescência ou infância pode incidir na construção de relações conjugais violentas na vida adulta, seja pelo exemplo adquirido e perpetuado, seja pela naturalização de tal tipo de comportamento.

Nesta amostra, os demais tipos de violência não tiveram diferenças estatisticamente significativas quando comparadas entre os grupos que presenciaram ou não violência na infância e adolescência.

Tabela 11. Distribuição dos percentuais para as participantes que já sofreram algum tipo de violência (n=34) Quanto ao sentimento de segurança pessoal e dos filhos.

Variável	Total (n=34)
** Você teme pela sua segurança e/ou de seus filhos?	(n=03)
Sim	—
Não	100,0%
* Você teme pela sua segurança e/ou de seus filhos?	(n=09)
Sim	22,2%
Não	77,8%

Fonte: Oficinas realizadas.

***Mulheres que não residem com os filhos**

****Mulheres que residem com os filhos.**

Ao perguntar às participantes que já sofreram algum tipo de violência se elas temem por sua segurança ou pela de seus filhos, 100% daquelas que moram com os filhos responderam que não. Entre as mulheres que não moram com os filhos, 77,8% responderam que não temem por sua segurança ou pela de seus filhos.

5.3 Avaliação das intervenções.

Para avaliar o impacto das intervenções realizadas, foram aplicados questionários antes e após a participação nas oficinas. No grupo Controle (que não participou das intervenções), os questionários também foram aplicados em dois momentos, com um intervalo de 3 meses.

Na tabela 12, foram descritos os escores da escala de crenças sobre a violência nas situações de pré e pós-intervenção, para ambos os grupos. Observa-se que a média do grupo Intervenção aumentou de forma significativa no questionário pós-intervenção (39,7), quando comparado ao pré-intervenção (41,5). No grupo controle também ocorreu uma alteração estatisticamente significativa, mas a média diminuiu no segundo questionário (39,5) em comparação ao primeiro (39,8). No primeiro questionário (Pré), não se observaram diferenças significativas entre os grupos; no segundo questionário (pós), porém, foram obtidas diferenças significativas ($p=0,006$), sendo a média e a mediana do grupo intervenção maiores do que as do grupo controle. Esses dados revelam que ocorreu uma melhora dos escores de crenças sobre a violência no grupo que participou das intervenções.

Tabela 12.
Comparação dos escores da escala de Crenças sobre a violência.

Grupo	Pré			Pós			p*
	m	dp	Md	m	dp	md	
Intervenção	39,7	1,9	40	41,5	4,6	41	0.038
Controle	39,8	2,0	40	38,6	2,5	39,5	0.035
p**			.937			.006	

Fonte: Oficinas realizadas.

m=média; dp=desvio padrão; md=mediana;

*p - valor entre grupos em cada momento (teste de Wilcoxon)

**p - valor entre momentos em cada grupo (teste U de Mann-Whitney)

Quando questionadas sobre a frequência com que vêm sofrendo violência psicológica, comparando o pré/pós para o grupo Intervenção, houve aumentos nas

categorias nas quais os casos eram mais frequentes do que três vezes ao semestre. Na soma dessas três categorias, aumento de 46,1% para 70%, ao passo que para as duas categorias com periodicidade mais espaçada houve diminuição de 53,9% para 30%. Tal migração de categorias atribui uma significância estatística à questão ($Z= 2,401$; p . valor= 0,016). Para o grupo Controle, não houve diferenças estatisticamente significativas entre os questionários pré/pós. Esses resultados confirmam a efetividade das intervenções para uma maior compreensão das características da violência psicológica.

De acordo com Ventura, Ferreira e Magalhães (2013), as crenças, de certa forma, mostram-se organizadas de modo estruturado, pois ativam motivações e condutas sociais influenciando processos coletivos, partindo dos pressupostos presentes nos grupos sociais regados por características tanto comuns quanto as relacionadas a valores e crenças compartilhadas. Por esse motivo, as crenças das participantes se modificaram, fruto de uma atuação das vivências e reelaborações de concepções.

Tabela 13. Teste de Wilcoxon para duas amostras relacionadas (n=30) para verificação de evoluções no grupo intervenção, para frequência de violência psicológica.

Variável	Grupo Intervenção			Grupo Controle		
	Pré n=30	Pós n=30	p. valor (sig 2 tailed)	Pré n=22	Pós n=22	p. valor (sig 2 tailed)
com que frequência está sofrendo violência psicológica	(n=13)	(n=20)		(n=05)	(n=11)	
De uma a três vezes ao ano	30,8%	20,0%	*0,016	20,0%	36,4%	1,000
De uma a três vezes no sem.	23,1%	10,0%		20,0%	—	
De uma a três vezes ao mês	23,1%	25,0%		40,0%	27,3%	
De uma a três vezes na semana	23,1%	30,0%		—	18,2%	
Diariamente	—	15,0%		20,0%	18,2%	

Fonte: Oficinas realizadas.

P. Valor <0,05 (teste de wilcoxon-Mann-Whitney). Significância 95%

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral elaborar e avaliar um programa de prevenção de violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma universidade particular de Curitiba-PR. Em relação ao projeto piloto, ressalta-se que ocorreram restrições formais e de delineamento da pesquisa, sendo este o motivo principal para realizar as oficinas em uma instituição de ensino particular de Curitiba/PR para acadêmicos de Psicologia.

Apesar de os dois grupos (Controle e Intervenção) serem formados por estudantes universitárias, foi possível constatar a importância da formação de uma “rede de amparo” para as mulheres participantes do grupo Intervenção. A satisfação encontrada no testemunho das participantes corroborou que tais redes têm muita relevância, contando tão somente com seus pares, dispostos a ouvir, compreender, analisar, discutir e compartilhar os assuntos que circundam a temática da violência contra a mulher praticada por parceiros íntimos, sob a orientação de um profissional embasado nas práticas da Psicologia Social Comunitária. As técnicas empregadas nas oficinas possibilitaram que essas mulheres se aproximassem, criando vínculos, importantes para que elas se sentissem seguras e confortáveis para revelar assuntos tão complexos e por vezes dolorosos.

Fica claro, a partir das categorias da análise qualitativa, que o discurso foi marcado pela constatação de que a sociedade mantém a sua tradição e procura inculcar e reproduzir uma cultura do patriarcado. As participantes, nessas reuniões, passaram a reconhecer tais estruturas mantenedoras de uma suposta hegemonia masculina – a revelação de que, mesmo nas “brincadeiras e brinquedos” de sua infância, houvera distinção do que era o “certo e o errado” dentro dos papéis masculino e feminino,

definindo e discriminando o futuro dessas pessoas, impondo um referencial cultural limitador de horizontes protegido pelas camuflagens da tradição social e corroborado pela postura de submissão e de falta de questionamento comumente encontrada no seio familiar da época. Da mesma forma que na infância, é evidente que as discriminações de gênero continuam, na forma de salários e condições desiguais de trabalho, oportunidades de crescimento desiguais, sob alegações imprecisas e disfarçadas. São usadas justificativas como uma suposta falta de empenho feminina em atividades laborais (quando na realidade têm duplas ou triplas jornadas de trabalho). Também é percebida essa discriminação quando colegas ou patrões despendem um falso moralismo, em que se julga o caráter de uma pessoa pelo tipo de roupa que ela usa.

Também em seus lares, precocemente forjadas nas brincadeiras de casinha da infância, essas mulheres eram submetidas a discriminações de gênero, tal qual a obrigatoriedade do papel social estipulado, em que está culturalmente determinado que devem assumir responsabilidades de forma exclusiva sobre as tarefas domésticas, e que devem, dia e noite, debruçar-se silenciosamente sobre elas, não sendo sequer minimamente reconhecidas ou valorizadas. Porém, quando o parceiro de sexo masculino toma para si pequena parte dessas tarefas, é ovacionado e supervalorizado. Portanto, a violência contra a mulher tem seus fundamentos e é reproduzida por influência dos modelos relacionais, sociais e de gênero sobre os quais o patriarcado exerce absoluto domínio há séculos.

A tradição e a cultura, olhadas dessa perspectiva menos otimista, estão intrinsecamente relacionadas à manutenção do *status quo*, por meio de relações assimétricas de poder e dominação, podendo se manifestar através de detalhes que para muitos se fazem imperceptíveis, mas que surgiram dentro do grupo, à medida que as oficinas foram evoluindo. As oficinas propostas serviram para o rompimento com essa

cultura patriarcal e para a conquista de uma nova postura de participação social, em que não cabe a omissão, tampouco a submissão aos contextos que favoreçam a perpetração das violências de gênero.

As participantes, por pertencerem a um grupo com grau de instrução elevado, já tinham em seu repertório algum conhecimento sobre as violências de gênero e sobre a necessidade de um empoderamento feminino. Também já eram capazes de enxergar claramente que tais concepções estavam presentes em seu dia a dia. Entretanto, ao longo das oficinas, através dos exercícios e das reflexões propostas, construíram novos conhecimentos com relação aos seus relacionamentos e em suas posturas de enfrentamento à violência. Gradativamente, durante os encontros, o discurso baseado no feminismo, com foco no homem agressor, foi ganhando nova ênfase. Ao reconhecerem as estruturas pelas quais se propagam os abusos e as violências, aprenderam a se posicionar diante desse fenômeno. Reconheceram a complexidade das influências sociais e refletiram sobre o acultramento sexista, que, se por vezes impõe ao sexo feminino a submissão, em outras exige do sexo masculino que ele assuma tal posição de hegemonia.

Por fim, chegaram à conclusão de que os indivíduos do sexo masculino também são tolhidos em suas liberdades. Tais mulheres perceberam-se não somente no papel de vítimas, mas também como possíveis agentes agressoras contra seus parceiros; e, como mães, muitas vezes também reprodutoras da cultura sexista. Nesse sentido, a análise qualitativa dos conteúdos das oficinas demonstrou que a mudança de valores agrega novas perspectivas à discussão de gênero, vindo de encontro às filosofias que propõem o rompimento com as antigas estruturas que se mantêm nas relações assimétricas de poder entre homem e mulher, entre branco e negro, entre rico e pobre.

No grupo Intervenção, ao dividirem as suas experiências de vida e as situações em que as mulheres frequentemente são ofendidas, oprimidas, agredidas e/ou tolhidas em seus direitos – por seus parceiros, mas também por outras pessoas de seu convívio –, ampliou-se a percepção do que é a violência contra a mulher. As crenças preestabelecidas foram reformuladas. A intervenção baseada no referencial teórico da Psicologia Social Comunitária deu voz a essas mulheres, permitindo que recriassem seus significados. O profissional é apenas um facilitador para que o grupo traga à tona as suas reais demandas, criando um ambiente onde são completamente respeitados os valores individuais e também aqueles comuns ao grupo.

A análise dos dados obtidos através da aplicação dos questionários demonstrou que 60% das participantes presenciaram algum tipo de violência na infância/adolescência. Entretanto, no que se refere às mulheres que sofreram violência na infância e continuam sofrendo violência na fase adulta, sugere-se cautela, lembrando-se que, nesse caso, estudos com maiores amostras poderão descrever melhor a relação entre a exposição à violência na infância/adolescência e a predisposição para manter-se vinculadas a relações violentas ou abusivas.

Constatou-se, com base na amostragem, que 65,4% dessas mulheres já sofreram algum tipo de violência, chegando esse número próximo aos 70% estipulados como níveis máximos para as piores situações entre os países conforme a ONU (2013). Esse número foi bastante elevado, se for levado em conta que tais mulheres não estão nos grupos mais vulneráveis, segundo a literatura que aposta na relação entre altos índices de violência e baixa escolaridade, baixa renda ou nível cultural desfavorecido. Desse grupo de mulheres, em sua grande maioria de origem caucasiana, com média de renda individual na casa dos R\$ 1.500,00 e média de renda familiar na casa dos R\$ 8.000,00, pertencentes, em sua maioria, às classes sociais A, B1 e B2, revela-se que 64,7% já

sofreram violência psicológica, 24% já sofreram violência física e 21,2% já sofreram violência sexual. Os números para violência psicológica e violência sexual encontrados nesse grupo superam aqueles apresentados pelo mapa da violência de 2015.

Levando em conta que quase um quarto das mulheres entrevistadas afirmou ter sofrido violência física, mesmo antes de receberem maiores esclarecimentos a respeito da amplitude do conceito (uma vez que são respostas do pré-teste), é admissível que algumas dessas mulheres tenham considerado como violência física apenas a ocorrência de eventos extremos. Da mesma forma, pode-se exemplificar que os índices atribuídos à violência sexual podem alterar-se após uma compreensão menos superficial preestabelecida, que relacionada esse tipo de violência apenas aos estupros e violações sexuais efetivamente concretizadas, deixando de contabilizar os assédios e outros tipos de posturas de coisificação do corpo e da vontade feminina em relação ao sexo. Pior ainda para os casos de violência moral, se levado em consideração que as maledicências de que as pessoas podem ser vítimas nem sempre chegam aos seus ouvidos, provocando, portanto, a subestimação pelo total desconhecimento das ocorrências. Entretanto, mesmo que os números estejam subestimados, pode ser afirmado, sem sombra de dúvidas, que há a necessidade imediata da consolidação de um sistema de prevenção que não permita que tais índices adentrem a realidade das próximas décadas.

Apenas 15,8% das entrevistadas que já sofreram algum tipo de violência admitiram que esta continua a acontecer. Esse número é menor que os 54,1% encontrados no mapa da violência entre mulheres adultas. Diante da violência sofrida, 43,3% das mulheres entrevistadas relatam ter enfrentado seus agressores, mostrando uma mudança conceitual no que tange à submissão feminina, o que indica que o paradigma patriarcal está sendo desafiado. Porém, a ideia de que o inimigo é o homem já se tornou conservadora demais e praticada apenas por vertentes unilaterais. Mais

importante para o futuro é a conscientização de que a inimiga real é a violência, seja na sua prática, na sua aceitação social, na sua banalização cultural ou em qualquer forma que ela venha se manifestar, usando para isso justificativas ligadas ao conceito de gênero ou de quaisquer naturezas. Também, mais importante do que a constatação de que existem conflitos nas relações íntimas é a compreensão de que existem maneiras pacíficas e construtivas para a resolução desses conflitos, comuns a qualquer casal.

Fundamental lembrar que os dados oficiais no Brasil, como no mundo todo, apesar dos esforços, não contemplam ao certo o percentual de subnotificações da violência contra a mulher, nem se considerados em termos gerais, muito menos por tipo de violência sofrida, pois são inúmeras as motivações que levam à invisibilidade dos casos. Tais motivações vão desde a ignorância sobre os tipos de violência, a banalização das violências pela cultura local, o medo com relação aos agressores, o medo e a vergonha com relação à sociedade, a segurança dos filhos (inclusive financeira), e a vergonha e humilhação relacionadas ao despreparo no atendimento apresentado por alguns serviços.

Abre-se um parêntese, aqui, para lembrar que é conveniente, para quem trabalha com dados quantitativos no tema da violência contra a mulher, lembrar que indicadores oficiais baseiam-se em mulheres que buscaram atendimento em serviços de referência. Portanto, qualquer comparação entre tais resultados e os obtidos com base em amostras formadas por mulheres que não buscaram os mesmos atendimentos é potencialmente refutável. Tais discrepâncias relacionadas à coleta de amostras dentro de realidades diferentes podem ser exemplificadas por meio dos indicadores que neste trabalho mostram, por exemplo, baixíssima adesão e alto desconhecimento das campanhas realizadas pela parceria Igreja/Estado, ao passo que na literatura podem ser verificados bons resultados obtidos por meio dessas parcerias.

No caso específico do mapa da violência, em que os números são retirados de atendimentos do SUS, ainda deve-se contemplar que o número de subnotificações relacionadas a violência psicológica, sexual, moral e patrimonial, dentro desse tipo de fonte, seja naturalmente maior do que no caso da violência física, uma vez que o SUS encontra-se melhor equipado para lidar com as situações de agressão física. Outras questões foram abstraídas durante a interpretação dos dados de Waiselfisz (2015), e agora serão repassadas na forma de sugestões para futuros trabalhos no tema da violência contra a mulher. Primeiramente, lacunas existentes quanto à valorização da violência psicológica (gravidade atribuída) pelas mulheres estudadas. Nota-se um aumento progressivo da importância atribuída na medida em que a idade das mulheres estudadas aumenta. Existiria correlação entre a variável idade e a valorização da violência psicológica? Seria a violência física mais presente entre as mulheres com idade entre 18 e 29 anos? Isso estaria relacionado à falta de habilidades sociais em lidar com conflitos, por parte de tais mulheres? Ou, ainda, seriam os companheiros de mulheres com mais idade menos propensos à imposição de violência física? Para a violência sexual, no material citado, é extremamente baixa a gravidade atribuída em relação às demais violências. Isso indicaria uma banalização da violência sexual?

Neste ponto, acredita-se que, ao mesmo tempo que a pluralidade de amostras e enfoques abre o leque para a visualização da complexidade que o tema exige, por outro lado a falta de uma sistematização dificulta as comparações e construções de afirmativas pouco contestáveis.

Admite-se que a amostragem (por conveniência) realizada neste trabalho não é ideal, pois pode induzir a erros por não isolar a influência de algumas variáveis importantes, limitando a eficiência dos dados quantitativos. Contudo, a comparação entre os questionários pré e pós das amostras apresentou que a intervenção se mostrou

eficaz para aumentar o conhecimento dessas mulheres no que diz respeito ao inventário sobre crenças de violência. Nesse caso, as diferenças foram estatisticamente significativas ($p=0,006$) se comparados os grupos Intervenção e Controle no teste pós-intervenção.

Portanto, a Psicologia Social Comunitária demonstrou sua aplicabilidade no que tange ao desenvolvimento de uma maior consciência social e reestruturação da cultura sobre a violência contra a mulher. Tais conhecimentos podem promover uma prática efetiva e transformadora da realidade de muitas mulheres que sofrem, e ainda das que futuramente sofreriam, por conta dos diversos tipos de violência a que estão expostas.

Dito isso, conclui-se estar cumprido o objetivo de avaliar a importância dessas intervenções na prevenção à violência praticada contra mulheres por parceiros íntimos. Sugere-se que tal instrumento seja amplamente utilizado pelos órgãos competentes na reeducação e nas ressignificações dentro da discussão sobre gênero, sexualidade e violência, de forma a minimizar a vulnerabilidade individual, social e programática.

REFERÊNCIAS

- Abrahão, J., & Viel, P. (2018). Liderança feminina: O espectro da masculinização das mulheres e os desafios da desigualdade de gênero em posições de poder. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8 set. 2018. Recuperado de <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0974-1.pdf>.
- Antoni, C., & Koller, S. H. (2001). O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 14-29. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100003 Doi. 10.1590/S1414-98932001000100003.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2016). *Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016*. Recuperado de: www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=12.
- Avanci, J. Q., Pinto, L. W., & Assis, S.G. (2017). Atendimento dos casos de violência em serviços de urgência e emergência brasileiros com foco nas relações intrafamiliares e nos ciclos de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2825-2840. doi: 10.1590/1413-81232017229.13352017.
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Soc. Estado*, 29(2), 449-469. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>.
- Carvalho-Barreto, A.; Bucher-Malusckhe, J. S. N. F.; Almeida, P. C.; DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-7972200900010001>.
- Batista, E. (2005) Masculinidade, raça/cor e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 71-80. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a07v10n1.pdf>.
- Berger, S. M. D., Barbosa, R. H. S., Soares, C. T., & Bezerra, C. M. (2014). Formação de Agentes Comunitárias de Saúde para o enfrentamento da violência de gênero: contribuições da Educação Popular e da pedagogia feminista. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(Suppl. 2), 1241-1253. doi: 10.1590/1807-57622013.0322
- Bernardes, N. M. G., Scarparo, H. B., Amarante, A. H., & Matias, V. S. (1995). Ser mulher, ser homem: significações construídas por crianças de classes populares. In M. G. C. Jacques (Ed.). *Relações sociais e éticas* (pp.219-232). Porto Alegre: Abrapso. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/6j3gx/pdf/jacques-9788599662892-20.pdf>.

- Bigliardi, A. M., Antunes, M. C., & Wanderbroocke, A. C. N. S. (2016). O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 36(91), 262-285. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v36n91/v36n91a03.pdf>.
- Bigliardi, A. M., & Antunes, M. C. (2018). *Violência contra mulheres: A vulnerabilidade feminina e o perfil dos agressores*. Curitiba: Juruá.
- Brandão, E. R. (2006). Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 207-231. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312006000200005>.
- Braga, R. C., Miranda, L. H. A., & Correio, J. P. C. V. (2018). Para além da maternidade: as configurações do desejo na mulher contemporânea. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 523-540. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15994>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado de <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>
- Brasil. (2005). Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Enfrentando a violência contra a mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>.
- Brasil (2006). Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher . . . e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.
- Brasil. (2008) Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Recuperado de <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/livreto-mulher.pdf>.
- Brasil. Câmara dos Deputados. Comissão dos direitos da mulher. (2019). *Mapa da violência contra a mulher 2018*. [online]. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>.
- Butler, J. R. B. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

- Campos, R. H. F. (1996). Introdução: A Psicologia Social Comunitária. In R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia Comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-16). Petrópolis: Vozes.
- Campos, R. H. F. (2007). A psicologia social comunitária. In: R. H. F. Campos (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-16). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Campos, R. H. F. (Org.). (2002). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.
- Cosby, P. C. (2003) *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (P. I. C. Gomide, & E. Otta, trad.; J. O. Siqueira, rev. técnica). São Paulo: Atlas.
- Connell, R. W. (2005). Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829-859. Recuperado de <https://student.cc.uoc.gr/uploadFiles/181-%CE%9A%CE%9C%CE%9C%CE%9A397/Connell%20and%20Messerschmidt-Hegemonic%20masculinity.pdf>.
- Cruz Neto, O., & Moreira, M. R. A. (1999). Concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 33-53. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7129.pdf>.
- Dourado, S. de M., & Noronha, C. V. (2014). A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas. *Physis*, 24(2), 623-643. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200016>.
- Dourado, S. de M. & Noronha, C. V. (2015). Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2911-2920. doi: 10.1590/1413-81232015209.19012014
- Engels, F. (1884/1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Falcke D., Wagner A., & Mosmann C. (2013). Solving strategies of conflict and domestic violence. In T. Féres-Carneiro T (Org.). *Couple and family: transmission, conflict and violence* (pp. 159-176). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferrari, I. M. de S. F., Priolo-Filho, S. R., & Brino, R. de F. (2016). Questionário sobre violência intrafamiliar: confiabilidade de um instrumento sobre crenças. *Psicologia: teoria e prática*, 18(3), 54-65. doi: 10.5935/1980-6906.
- Fischer, I. R. & Marques, F. (2001) Gênero e exclusão social. *Trabalhos para discussão*, n. 113/2001. Recuperado de <https://fundaj.emnuvens.com.br/TPD/article/view/928/649>.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica* [Apostila]. Fortaleza: UEC.
- Freitas, M. F. Q. (1996a). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária. In Campos, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

- Freitas, M. F. Q. (1996b). Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária, *Psicologia e Sociedade*, *Abrapso*, 8(1), 63-82.
- Gadoni-Costa, L. M., Zucatti, A. P. N., & Dellaglio, D. D. (2011) Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia*, 28(2), 219-227 . Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>.
- Gallindo, L. C. (1981) *A Psicologia Comunitária como Agente de Transformações Sociais*. (Dissertação de Mestrado, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro). Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9566/000016786.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Garcia, L. P., & Silva, G. D. M. (2018). Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(4), e00062317. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00062317>.
- Garcia-Moreno, C. (2006). Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multicountry study on women's health and domestic violence. *Lancet*, 368 (9543),1260-1269. Recuperado de [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(06\)69523-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(06)69523-8/fulltext). Doi:10.1016/S0140-6736(06)69523-8.
- Geertz, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1973).
- Godbout, N., Dutton, D. G., Lussier, Y., & Sabourin, S. (2009). Early exposure to violence, domestic violence, attachment representations, and marital adjustment. *Personal Relationships*, 16(3), 365- 384. doi: 10.1111/j.1475-6811.2009.01228.x.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gómez, A. D. (2008, dez.). Perspectivas teóricas em La formación del estudiante de psicología, desde el área de psicología social comunitária en La Universidad de Manizales (Colombia). *Diversitas*, 4(2), 259-267. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-99982008000200004.
- Grossi, M. P. (1998) Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In J. M. Pedro, & M. P. Grossi. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres.
- Guedes, M. E. F. (1995). Gênero, o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 15(1-3), 4-11. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>.

- Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e Jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00256.pdf>.
- Haddad, N. (2004). *Metodologia de estudos em ciências da saúde*. São Paulo: Roca.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, (22), 201-246. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>.
- Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violence by intimate partners. In: E.G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi, & R. Lozano. *World Report on Violence and Health*. (pp. 89-121.) Geneva: World Health Organization.
- Ibañez, L. L. (2005). La Psicología Social de Ignacio Martín-Baró o el Imperativo de la crítica. In Portillo, N., Gaborit, M., & Cruz, J. *Psicología Social em La Posguerra: teoria y aplicaciones desde El Salvador*. San Salvador: UCA Editores.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). (2018). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro, RJ: Autores. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf.
- Kind, L., Orsini, M. L. P., Nepomuceno, V., Gonçalves, L., Souza, G. A., & Ferreira, M. F. F. (2013, setembro). Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. *Cad. Saúde Pública*, 29(9), 1805-1815. Recuperado de <https://scielosp.org/pdf/csp/2013.v29n9/1805-1815/pt>.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B.; & Lozano, R. (Eds.). (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde. Recuperado de <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>.
- Labronici, L. M., Ferraz, M. I. R., Trigueiro, T. H., & Fegadoli, D. (2010) . Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. *Rev. Esc. Enferm.*, 44(1), 126-133. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a18v44n1.pdf>.
- Lettiere A., Nakano A. M. S., & Rodrigues, D. T. (2008). Violência contra a mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. *Rev. Esc. Enferm.*, 42(3), 467-73. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n3/v42n3a07.pdf>. Doi 10.1590/S0080-62342008000300008.
- Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2011). Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 19(6), [08 telas]. Tela7. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Lucena K. D. T., Silva A. T. M. C., Moraes, R. M., Silva C. C., & Bezerra, I. M. P. (2012, junho). Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(6), 1111-1121. doi: 10.1590/S0102-311X2012000600010.
- Machado, C. (2004). Intervenção psicológica com vítimas de crimes: Dilemas teóricos, técnicos e emocionais. *Int J. Clin Health Psychol*, 4(2), 399-411. Recuperado de https://construtivistas.pt/sites/default/files/2018/docs/fifty_minutes/Carla%20Machado_2004_Dilemas.pdf.
- Maciel, T. M. B., & Alves, M. B. (2015). A importância da Psicologia Social Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 272-282. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n2/05.pdf>.
- Martins, L. C. A.; Silva E. B., Dilélio, A. S., Costa, M. C., Colomé, I. C. S., & Arboit, J. (2018). Violência de gênero: conhecimento e conduta dos profissionais da estratégia saúde da família. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39, e2017-0030. doi: 10.1590/1983-1447.2018.2017-0030.
- Mead, M. (2003). *Sexo e temperamento*. (4a ed., Rosa Krausz, trad., Coleção Debates), São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1935).
- Menezes, P. R. M., Lima, I. S., Correia, C. M., Souza, S. S., Erdmann, A. L., & Gomes, N. P. (2014). Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. *Saúde Soc.*, 23(3), 778-786. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000300004>.
- Milletich, R. J., Kelley, M. L., Doane, A. N., & Pearson, M. R. (2010). Exposure to interparental violence and childhood physical and emotional abuse as related to physical aggression in undergraduate dating relationships. *Journal of Family Violence*, 25(7), 627-637. doi: 10.1007/s10896-010-9319-3.
- Minayo, M. C. S. (1994) A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Cad. Saúde Públ.*, 10(1), 07-18. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>.
- Minayo M. C. S., & Souza, E. R. (Orgs.). (2003). *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2004) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (20a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 23-26. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1.pdf>.
- Montero, M. (1994). Entre el asistencialismo y la autogestión: La Psicología Comunitaria em La encrucijada. *Intervención Psicosocial*, 3(7), 7-20. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2016524>.

- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Montero, M. (2010). Crítica, autocrítica y construcción de teoria em La psicología social latino-americana. *Revista Colombiana de Psicología*, 19(2), 177-191. Recuperado de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/13156/34432>.
- Moraes , C. L., Oliveira , A. G. S., Reichenheim, M. E. , Gama, S. G. N., & Leal, M. C. (2017). Prevalência de violência física entre parceiros íntimos nos primeiros seis meses após o parto no Município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 33(8), 1-13. doi 10.1590/0102-311X00141116.
- Moreira, V.; Boris, G. D. J., & Venâncio, N. (2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 398-406. Recuperado de [http //www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf).
- Mosmann, C., & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, 12(2), 5-16. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Mota, M. M. P. E. (2010, julho/dezembro). Metodologia de pesquisa em desenvolvimento humano: velhas questões revisitadas. *Psicologia em Pesquisa UFJF*, 4(02), 144-149.
- Moura N. B. A., Lefevre, F., & Moura,V. (2012). Narrativas de violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 1025-1035. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n4/v17n4a24.pdf>.
- Nader, M. B., & Amorim, E. O. (2017). Silencio, denúncia, e enfrentamento: A violência contra a mulher no interior de Minas Gerais. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, SC. Recuperado de http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499365112_arquivo_silencio,denunciaeenfrentamentoaviolenciacontraamulhernointeriodeminasgerais.pdf. issn 2179-510x.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>.
- Nascimento, B. B., Amorim, R. S. R. V., & Motta, D. G. (2016) Sexismo e educação: produção teórica. *Anais do VIII Fórum Internacional de Pedagogia (FIPED)* Imperatriz, MA. Recuperado de https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/trabalho_ev057_md1_sa7_id1764_30092016225652.pdf.

- Neri, C. S. C. (2013). Feminismo na Idade Média: conhecendo a cidade das damas. *Revista Gênero & Direito*, 2(1), 68-85. Recuperado de <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/16950>.
- Oliveira, P. R. S. (2017). *Análise da figura feminina na transição da idade média à renascença a partir das ideias e interpretações de Cornelius Agrippa*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora) Recuperado de <http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/PAOLA-ROBERTA-SANTOS-DE-OLIVEIRA.pdf>.
- Oliveira, M. A. S. (2013). Sujeição, costume e sentimento como manutenção da servidão feminina. Stuart Mill e A Sujeição das Mulheres. *Sapere Aude*, 4 (7), 494-500. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5564/0>.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2013, 5 de março). *Violência contra a mulher atinge até 70% da população em alguns países, alerta ONU*. Brasil: Nações Unidas. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-atinge-ate-70-da-populacao-em-alguns-paises-alerta-onu/>.
- Organização Mundial da Saúde. (2012). *Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência*. Genebra, Suíça: Autor. Recuperado de http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=4D0756DCB748801A0E1CA88B15919510?sequence=3
- Organização Mundial da Saúde. (2013). *Responding to intimate partner violence and sexual violence against women. WHO clinical and policy guidelines*. Recuperado de <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/>
- Osterne, M. S. F. (2005). *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina: análise das ocorrências na Delegacia de Defesa da Mulher em Fortaleza*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.
- Paiva, A. C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das “Escala de Táticas de Conflito Revisadas”: estudo de validação. *Psicologia Teoria E Prática*, 8(2), 14-39. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/41636/1/2006%20Vers%C3%A3o%20portuguesa%20das%20escalas%20CTS-2.pdf>.
- Pasinato, W. (2015). Acesso à justiça eviolência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da lei maria da penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 407-428. doi: 10.1590/1808-2432201518.
- Souza, L. P., & Guedes, D. R. (2016) A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>.

- Pedro, J. M. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, 24(1), 77-98. doi: 10.1590/S0101-90742005000100004.
- Perrone, R., & Nannini, M. (2007). *Violencia y abusos sexuales en la familia*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Pinho, L. O. (2005) *Princípio da igualdade: Investigação na perspectiva de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.
- Porto-Cruz, M., & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2012). Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 297-306. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n2/v17n2a12.pdf>.
- Ramos, M. D. (2012). Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Estudos Feministas*, 20(1), 53-73. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100004/21851>
- Ribeiro, C. M. (2017). Intervenção psicológica em mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Brasileira de Psicologia*, 04(01), 44-51. Recuperado de <http://revpsi.org/wp-content/uploads/2018/02/Ribeiro-2017-Interven%C3%A7%C3%A3o-psicol%C3%B3gica-em-mulheres-v%C3%ADtimas-de-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica.pdf>.
- Richardson, R. J. (2015). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Roese, A. (2009). A subjetividade do discurso patriarcal sobre o lugar da mulher e da natureza: uma leitura ecofeminista. In P. A. R. OLIVEIRA; J. C. A. SOUZA. *Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI*. Coleção Estudos da Religião. São Paulo: Edições Paulinas.
- Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Lira, M. O. S. C., Couto, T. M., & Diniz, N. M. F. (2016). Relações familiares no contexto da violência de gênero. *Texto Contexto Enferm*, 25(3), 2-9. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/tce/v25n3/pt_0104-0707-tce-25-03-2530015.pdf.
- Rosa, D. O. A., Ramos, R. C. de S., Melo, E. M., & Melo, V. H. (2013, março/abril). A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. *FEMINA*, 41(2), 81-87. Recuperado de <http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2013/v41n2/a3793.pdf>.
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santi, L. N., Nakano, A. M. S., & Lettiere, A. (2010). Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto Contexto Enferm*, 19(3), 417-24. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n3/a02v19n3.pdf>.

- Sagim, M. B. (2018). *Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar*. (Tese de Doutorado em Psicologia, Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-09092008-141033/pt-br.php>.
- Saravia, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In E. Saravia, & E. Ferrarezi, *Políticas Públicas*. Brasília, DF: Enap.
- Scarpato, H., & Guareschi, N. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(Edição Especial 2), 100-108.
- Schreiber, L. B. (2001). Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? *Revista USP*, (51), 104-113. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35104>.
- Scott, J. W. (1995, julho/dezembro). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.
- Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. (2011). *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, DF. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.
- Selltiz, C., Wrightsman, L. S., Cook, S. (1976) *Métodos de pesquisa nas relações sociais* (Vol. 1. Delineamentos de pesquisa). São Paulo: EPU. Recuperado de https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapsam/Metodo%20de%20pesquisa/Metodos%20de%20pesquisa%202013/Texto_6_-_Delineamentos_Quase-Experimentais.pdf
- Shimoda, L. Y. (2013). *Corpo, sexo e gênero: Alguns contributos das teorias antropológicas clássicas às contemporâneas* (Relatório de Estágio Supervisionado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo [USP]). Recuperado de http://www.ensinosociologia.fflch.usp.br/sites/ensinosociologia.fflch.usp.br/files/Texto_2.pdf.
- Souza, P. A., Das Ros, M. A. (2006). Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. *Revista de Ciências Humanas EDUFSC*, (40), 509-527. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/17670/16234>.
- Souza, S. D. & Oshiro, C. P. (2018). Mulheres evangélicas e violência doméstica: O que o poder público e a Igreja têm a ver com isso? *Caminhos*, 16(2), 203-219. Recuperado de <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6730/3786>. Doi 10.18224/cam.v16i2.6730

- Stuker, P. (2016) Queixas duplas: violência de gênero e prática policial em uma delegacia especializada de atendimento à mulher. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 18(3), 21-43. Recuperado de <http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/472/389>.
- Talamoni, A. C. B. (2014) O programa da descrição densa. In A. C. B. Talamoni. *Os nervos e os ossos do ofício: uma análise etnológica da aula de Anatomia* (pp. 53-66) [online]. São Paulo: Editora UNESP. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/2s7y9/pdf/talamoni-9788568334430.pdf>.
- Teles, M. A. A. (2015) Navegar é preciso para as políticas públicas chegarem até as mulheres. In T. S. A. M. Brabo (org.). *Mulheres, gênero e violência*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Teles, M. A., & Melo, M. (2003). *O que é violência contra a mulher*. (Coleção Primeiros Passos, Vol. 314). São Paulo: Brasiliense.
- Thébaud, F. (1995). A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. In G. Duby & M. Perrot (orgs.), *História das mulheres no ocidente – O século XX*. (Vol. 5). Porto, Portugal: Afrontamento, São Paulo, SP: Ebradil.
- Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. M., Souza, I. E. O., Paula, C. C., & Terra, M. G. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *ver. Bras. Enferm.*, 67(3), 366-72. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n3/0034-7167-reben-67-03-0366.pdf>.
- Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, SP: Instituto Sangari. Recuperado de https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/Mapa-Violencia-2012_HomicidiosMulheres.pdf.
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: Flacso. Recuperado de http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
- Williams, L. C. A. (2010). Questionário sobre crenças a respeito da violência doméstica. In L. C. A. Williams, J. M. D. Maia, & K. de S. A. Rios (Orgs.). *Aspectos psicológicos da violência: pesquisa e intervenção cognitivo-comportamental* (pp. 599- 604). Santo André, SP: ESETec.

ANEXOS

Anexo 1. Declaração de Infraestrutura e Autorização Para o Uso da Mesma



1 Declaração de Infraestrutura e Autorização Para o Uso da Mesma

Ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

Declaro, conforme a Resolução CNS 466/2012 a fim de viabilizar a execução da pesquisa intitulada, "A Violência contra a mulher por parceiros íntimos em duas comunidade de Curitiba-PR", sob a responsabilidade do(s) pesquisador(es) **GRASIELE ROSVADOSKI DA SILVA**, que a área da comunidade Pantanal-Alto Boqueirão, conta com toda a infraestrutura necessária para a realização e que a pesquisadora acima citada está autorizada a utilizá-la, tão logo o projeto seja aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná.

De acordo e ciente,

Curitiba, 05 de março de 2018.

Responsável pela área (nome completo, assinatura e CPF) e Carimbo da Instituição onde será realizada a pesquisa

Anexo2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade Tuiuti do Paraná

Credenciada por Decreto Presidencial de 7 de julho de 1997 - D.O.U. nº 128, de 8 de julho de 1997, Seção 1, página 14295

2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Maria Cristina Antunes e Grasielle Rosvadoski da Silva, da Universidade Tuiuti do Paraná, estamos convidando você, a participar de um estudo intitulado A Violência contra a mulher por parceiros íntimos em uma comunidade de Curitiba-PR. Este estudo é importante por se tratar de uma pesquisa intervenção para trabalhar violência por parceiros íntimos.

- a) O objetivo desta pesquisa é prevenção da violência, e articulação de uma rede de apoio as mulheres vítimas de violência por seus parceiros íntimos.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário estar presente em todas as oficinas desenvolvidas como projeto de intervenção, tendo os temas: Gênero, violência, tipos de violência, sexualidade e rede de apoio. A pesquisadora também se fará presente na aplicação do questionário do grupo controle, bem como, do grupo intervenção.
- c) Para tanto você deverá comparecer no Salão da Igreja da comunidade Pantanal, Alto-Boqueirão, para responder a um questionário, o que levará aproximadamente 2 horas.
- d) É possível que você experimente algum desconforto, principalmente relacionado as questões emocionais sobre violência, sexualidade, parceiros íntimos, pode-se reviver/viver situações dolorosas, de situações já vividas ou que esteja vivendo. Caso sintam qualquer desconforto, as participantes serão encaminhadas para a clínica de psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser incompreensão do seu parceiro íntimo sobre estudo e os temas trabalhados, constrangimentos, exposição, agressão física, psicológica, patrimonial.
- f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são a possibilidade de ser ter fortalecimento social, vínculos, rede de apoio, participação social,

empoderamento. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.

- g) As pesquisadoras Maria Cristina Antunes e Grasiela Rosvadoski da Silva responsáveis por este estudo poderão ser localizadas Rua Sydnei Antonio Rangel Santos, 238 - Santo Inácio - Curitiba - PR. Pelo email: mcrisantunes@uol.com.br e grasilva12@yahoo.com.br - Telefones: (41) 8805-6533 e (42) 99976-4518, na terça-feira, das 17 às 19 é o horário para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- h) Você também, se desejar, poderá optar por tratamento alternativo ao que está sendo proposto. Este tratamento consiste em atendimento psicológico na clínica da Universidade Tuiuti do Paraná.
- i) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas que é o comitê de ética, e a orientadora da pesquisa. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**
- k) O material obtido questionários e com a diário de campo será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado/queimado pela pesquisadora em local seguro e apropriado ao término do estudo, depois de 5 anos.
- l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa xerox, transporte coletivo, materiais para as oficinas, não são de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.
- m) Você terá a garantia de que problemas como problemas psicológicos decorrentes do estudo serão tratados na clínica de psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná.
- n) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código, ou serão apresentados apenas dados gerais de todos participantes da pesquisa.
- o) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa,

você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tuiuti do Paraná, pelo telefone (041) 3331-7668. Rua: Sidnei A. Rangel Santos, 238 Sala 328 Bloco C. Horário de atendimento das 13:30 às 17:30.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios da pesquisa sobre intervenção sobre a violência contra as mulheres em uma comunidade de Curitiba-PR. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu receberei uma via assinada e datada deste documento.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Local, ____ de _____ de 20____.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Nome e Assinatura do Pesquisador]

Rubricas:
Participante da Pesquisa e /ou responsável
legal _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o
TCLE _____

Rubricas:
Participante da Pesquisa e /ou responsável
legal _____
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o
TCLE _____

PARA SER, UTP.



**Universidade
Tuiuti do
Paraná**

Mestrado em Psicologia

Cara participante:

Obrigada por fazer parte desta pesquisa. Sua presença aqui é de suma importância, pois está colaborando para o avanço da ciência. Bem-vinda!

Este trabalho tem como proposta avaliar um projeto de intervenção de prevenção da violência contra a mulher, com isso, irá tratar de questões tais como: gênero, sexualidade, tipos de violência e rede de apoio. Contamos com seu apoio e participação.

Vale ressaltar que as respostas deste questionário serão mantidas em sigilo, pois seu uso estará restrito somente para essa pesquisa. Para que possa haver sigilo, o questionário terá somente um número que o identificará, tendo acesso somente as pesquisadoras Grasielle Rosvadoski da Silva e Maria Cristina Antunes. Os dados obtidos através das respostas de todas as participantes serão transformados em porcentagens e comentários gerais. As autoras desta pesquisa são psicólogas e podem manter o sigilo das respostas mesmo diante de um pedido judicial.

Somente nesta primeira folha precisamos de seu nome, pois ela será utilizada em um outro momento, que iremos comparar os dados finais desta pesquisa. O número do teu questionário será o mesmo na próxima vez que você for respondê-lo. Desde já agradecemos a sua contribuição e disponibilidade.

Gostaríamos muito de contar com sua honestidade e sinceridade nas respostas deste questionário, pois elas são fundamentais para o resultado final desta proposta de prevenção a violência. Para isso, a nós não nos cabe, e nem nos interessa julgar, dar qualquer opinião sobre o que as pessoas fazem ou deixam de fazer.

Lembre-se: não se preocupe em dar a resposta socialmente correta. Procure responder sempre como as coisas de fato acontecem, e não o que você acha certo fazer, ou como deveria fazer, ou ainda de como gostaria de fazer. Por favor, seja verdadeira!!!

Muito obrigada!

Grasielle Rosvadoski da Silva e Maria Cristina Antunes

Coloque seu nome aqui:

Quest. No.: _____

Data: ____/____/____

Quest. No.: _____

1. Como você se descreveria? (Cor ou raça)

1. ☐ Amarela 2. ☐ Branca 3. ☐ Afro descendente 4. ☐ Parda 5. ☐ Origem indígena

2. Idade: _____

3. Qual o seu estado civil?

1. ☐ solteira 2. ☐ casada 3. ☐ divorciada 4. ☐ viúva

5. ☐ união estável 6. ☐ mora junto

4. Qual sexo do seu parceiro (a)?

1. ☐ Feminino 2. ☐ Masculino

5. Você já teve outros relacionamentos estáveis/casamento?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

6. Motivo do término do relacionamento _____

7. Atualmente, em relação ao parceiro(a), atual você mora com o ele(a)?

1. ☐ sim 2. ☐ não

8. Quantas pessoas moram com você na mesma casa? _____

9. Quem são as pessoas?

1. ☐ Pai 2. ☐ Mãe 3. ☐ Irmão 4. ☐ Irmã 5. ☐ Sogro 6. ☐ Sogra 7. ☐ Avô. 8.

☐ Avó 9. ☐ Primo 10. ☐ Prima. 11. ☐ Tio 12. ☐ Tia 13. ☐ Cunhado

14. ☐ Cunhada 15. ☐ Filho 16. ☐ Filha 17. ☐ Amigo. 18. ☐ Amiga

19. ☐ Conhecido 20. ☐ Conhecida 21. ☐ Outros

10. Qual sua Religião?

1. ☐ Católica 2. ☐ Evangélica 3. ☐ Protestante 4. ☐ Espírita
5. ☐ Umbanda/Candomblé 6. ☐ Sou ateu 7. ☐ Outra
-

11. Com que frequência participa da Igreja/casa/comunidade?

1. ☐ Nunca 2. ☐ De vez em quando 3. ☐ Mensalmente
4. ☐ Semanalmente 5. ☐ Diariamente

12. Qual a importância da religião na sua vida?

1. ☐ Nada importante 2. ☐ Pouco importante 3. ☐ Importante 4. ☐ Muito importante

13. Conhece ou ouviu falar da Campanha da Fraternidade 2018 sobre a violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

14. Participou de algum curso ou formação sobre a campanha da fraternidade?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

15. Atualmente, você está trabalhando fora?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

15.1. Qual a sua Renda individual _____

15.2. Renda Familiar (sua renda + renda de outras pessoas que moram na tua casa)

Critério Brasil

Qual é o grau de instrução do chefe da família? Considere como chefe da família a pessoa que contribui com a maior parte da renda do domicílio.

16. Escolaridade
Analfabeto / Fundamental I incompleto
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto
Fundamental completo/Médio incompleto
Médio completo/Superior incompleto
Superior completo

17. Agora vou fazer algumas perguntas sobre itens do domicílio para efeito de classificação econômica. Todos os itens de eletroeletrônicos que vou citar devem estar funcionando, incluindo os que estão guardados. Caso não estejam funcionando, considere apenas se tiver intenção de consertar ou repor nos próximos seis meses. Vamos começar? No domicílio tem:

	ITENS DE CONFORTO	Não Possui	Quantidade que possui			
			1	2	3	4
1	Quantidade de automóveis de passeio exclusivamente para uso particular					
2	Quantidade de empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana					
3	Quantidade de máquinas de lavar roupa, excluindo tanquinho					
4	Quantidade de banheiros					
5	DVD, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD e desconsiderando DVD de automóvel					
6	Quantidade de geladeiras					
7	Quantidade de freezers independentes ou parte da geladeira duplex					

8	Quantidade de microcomputadores, considerando computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks e desconsiderando tablets, palms ou smartphones					
9	Quantidade de lavadora de louças					
10	Quantidade de fornos de micro-ondas					
11	Quantidade de motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional					
12	Quantidade de máquinas secadoras de roupas, considerando lava e seca					

Serviços Públicos - Critério Brasil

18. A água utilizada neste domicílio é proveniente de?

1. ☐ Rede geral de distribuição 2. ☐ Poço ou nascente 3. ☐ Outro meio

19. Considerando o trecho da rua do seu domicílio, você diria que a rua é:

1. ☐ Asfaltada/Pavimentada 2. ☐ Terra/Cascalho

20. Analise cada uma das afirmações abaixo, expressando sua opinião como Verdadeira (V) para aquelas que você estiver de acordo e Falsa (F) se você discordar da mesma.

1. "Se uma mulher apanhou, alguma coisa ela fez".		
2. "A mulher em geral não presta queixa na primeira ou segunda vez que apanha do marido".		
3. "O abuso sexual infantil se resume ao ato sexual com penetração vaginal (estupro) ou anal."		
4. "É a crise, o desemprego e a constante falta de dinheiro as principais razões que fazem com que o homem seja violento em casa".		
5. "Não é possível educar crianças sem a utilização de castigos corporais".		
6. "O consumo de álcool é a principal causa do homem bater na mulher e nos filhos".		
7. "Em geral, crianças que chegam aos hospitais e prontos-socorros com		

fraturas e machucados graves, foram vítimas de acidentes domésticos”.		
8. “As crianças que veem a mãe ser agredida pelo pai, muitas vezes, sentem-se culpadas pela violência”.		
9. “Briga de marido e mulher não tem solução”.		
10. “A criança que cresce em um lar violento, não necessariamente, torna-se violenta quando crescer”.		
11. “Ninguém apanha de graça”.		
12. “O homem que bate em mulher é um louco, um desequilibrado: um doente mental”.		
13. “Os maus-tratos contra crianças podem ocorrer em qualquer família, seja qual for o nível socioeconômico da mesma”.		
14. “Briga de marido e mulher é como briga de vizinho: não adianta intervir”.		
15. “A mulher provoca. Não é a toa que o homem é violento”.		
16. “Numa mulher não se bate nem com uma flor”.		
17. “A maioria das mulheres gosta de apanhar”.		
18. “Mulher que é agredida é suspeita, pois quando um não quer dois não brigam”.		
19. “A frequente ocorrência de maus-tratos intrafamiliares demonstra que nem sempre há harmonia na família”.		
20. “É possível identificar indicadores da ocorrência de abuso envolvendo as crianças”.		
21. “A maioria das mulheres que procura a delegacia porque apanha do marido não é honesta”.		
22. “A violência contra a mulher pode atingir todas as camadas da população”.		
23. “Quase nunca a criança mente sobre estar sendo maltratada. Uma pequena porcentagem dos casos é fictícia e, nestes casos, em geral trata-se de crianças maiores que já objetivam alguma vantagem.”		
24. “O homem também apanha da mulher, tanto quanto bate nela”.		

25. “A divulgação de material erótico com crianças (como textos, fotografia/filmagem de crianças nuas ou fazendo sexo) causa malefícios, pois prejudicam as crianças que são expostas e estimula a aceitação do sexo entre crianças e adultos como algo normal.”		
26. “Não é nada fácil para a mulher sair de um relacionamento abusivo”.		
27. “Quando o marido bate na mulher, pode saber que ela tem culpa no cartório”.		
28. “O abuso psicológico pode ser tão ameaçador quanto o abuso físico”.		
29. “O agressor sexual pode ser qualquer pessoa, não há perfil definido.”		
30. “A mulher que apronta e deixa o homem bravo encoraja a violência doméstica”.		
31. “Ela prestou queixa contra o marido violento na delegacia. É horrível isso de lavar a roupa suja em público”.		
32. “As pessoas conhecidas da criança, como pais, tios, avós, vizinhos, representam o maior risco em relação a ocorrência de maus-tratos contra crianças.”		
33. “No Brasil, pais e profissionais que lidam com crianças, não estão suficientemente informados sobre os maus-tratos, e, portanto, muitas vezes, inaptos a lidar com o problema.”		
34. “Toda agressão deixa marcas físicas aparentes.”		
35. “Com ele tem que ser assim: olho por olho, dente por dente; por isso é que a mulher apanha”.		
36. “Em geral os maus-tratos contra crianças são repetitivos, sendo que a maioria ocorre dentro de casa facilitando o acesso do agressor à vítima”.		
37. “Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”.		
38. “A mulher merece apanhar porque azucrina a vida dos homens”.		
39. “Muitas vezes, o contato do pedófilo inicia-se de forma virtual através da Internet, mas logo pode passar para a conquista física, levando inclusive a possibilidade de assassinato de crianças.”		
40. “Ela é um verdadeiro saco de pancadas do marido, só não larga dele		

porque não quer”.		
41. “Sempre que um jovem vem na delegacia mente, ele não teme ser punido, pois é inimputável (não passível de sofrer pena criminal) perante a lei”.		
42. “Mulher precisa apanhar para se manter na linha”.		
43. “A mulher também pode ser um agressor físico e/ou sexual de crianças.”		
44. “A mulher que apanha do marido pode largar dele, basta querer”.		
45. “Quando um casal tem um relacionamento violento a única solução é a separação”.		

21. Mesmo que um casal se relacione bem, tem vezes que um discorda do outro, chateia-se com o outro, quer coisas diferentes, ou discutem e se agredem apenas porque estão de mau humor, cansados ou outra razão qualquer. Os casais também têm maneiras diferentes de tentar ajustar suas diferenças. Esta é uma lista de coisas que podem acontecer quando existem diferenças ou desavenças entre um casal. Por favor, circule quantas vezes você fez cada uma dessas coisas no ano passado, e quantas vezes seu parceiro (a) as fez no ano passado. Se você ou seu parceiro (a) não fez uma dessas coisas no ano passado, mas já aconteceu anteriormente circule “7”.

1 = uma vez no ano passado

5 = 11-20 vezes no ano passado

2 = duas vezes no ano passado

6 = mais de 20 vezes no ano passado

3 = 3-5 vezes no ano passado
anteriormente

7 = nenhuma vez o ano passado, mas aconteceu

4 = 6-10 vezes no ano passado

0 = isso nunca aconteceu

1	Mostrei ao meu companheiro/a que me preocupava com ele/a, mesmo que discordássemos	1 2 3 4 5 6 7 0
2	Meu parceiro (a) mostrou que se importava comigo mesmo quando discordávamos	1 2 3 4 5 6 7 0
3	Expliquei a meu parceiro (a) o meu lado durante uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0
4	Meu parceiro (a) explicou para mim o que ele (a) não concordava comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
5	Insultei ou xinguei o meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0

6	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
7	Joguei algo em meu parceiro (a) que podia me machucar.	1 2 3 4 5 6 7 0
8	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
9	Torci o braço de meu parceiro (a) ou puxei seu cabelo.	1 2 3 4 5 6 7 0
10	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
11	Tive torção, contusão, hematoma ou pequeno corte por causa de uma briga com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
12	Meu parceiro (a) teve torção, contusão, hematoma ou pequeno corte por causa de uma briga comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
13	Mostrei que respeitava seus sentimentos sobre um assunto.	1 2 3 4 5 6 7 0
14	Ele (a) mostrou respeito pelos meus sentimentos sobre um assunto.	1 2 3 4 5 6 7 0
15	Fiz com que meu parceiro (a) mantivesse relação sexual comigo sem camisinha.	1 2 3 4 5 6 7 0
16	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
17	Empurrei meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
18	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
19	Usei força (como bater, segurar ou usar uma arma) para obrigar meu parceiro (a) a fazer sexo oral ou anal comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
20	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
21	Usei uma faca ou uma arma contra meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
22	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
23	Desmaiei ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
24	Ele (a) desmaiou ao levar uma pancada na cabeça durante uma briga comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0

25	Chamei meu parceiro (a) de gordo (a), feio (a) ou outra coisa assim.	1 2 3 4 5 6 7 0
26	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
27	Bati em meu parceiro (a) com alguma coisa que podia machucar.	1 2 3 4 5 6 7 0
28	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
29	Destruí coisas pertencentes a meu parceiro (a) de propósito.	1 2 3 4 5 6 7 0
30	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
31	Fui ao médico/serviço de saúde por causa de uma briga com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
32	Ele (a) fez isso comigo	1 2 3 4 5 6 7 0
33	Sufoquei ou estrangulei meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
34	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
35	Gritei/berrei com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
36	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
37	Joguei meu parceiro (a) contra a parede.	1 2 3 4 5 6 7 0
38	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
39	Disse a ele (a) que estava certa de que poderíamos resolver um problema.	1 2 3 4 5 6 7 0
40	Ele (a) disse que estava certo de que poderíamos resolver um problema.	1 2 3 4 5 6 7 0
41	Precisei procurar um médico por causa de uma briga com meu parceiro (a), mas não procurei.	1 2 3 4 5 6 7 0
42	Ele (a) precisou procurar um médico por causa de uma briga comigo, mas não procurou.	1 2 3 4 5 6 7 0
43	Bati em meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0

44	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
45	Segurei meu parceiro (a) com força.	1 2 3 4 5 6 7 0
46	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
47	Usei de força (como bater, segurar ou usar uma arma) para obrigar meu parceiro (a) a fazer sexo.	1 2 3 4 5 6 7 0
48	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
49	Saí com raiva e de repente (de casa, de uma sala ou do jardim) durante uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0
50	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
51	Insisti em fazer sexo quando meu parceiro (a) não queria (sem usar força física).	1 2 3 4 5 6 7 0
52	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
53	Dei um tapa em meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
54	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
55	Tive um osso quebrado por causa de uma briga com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
56	Meu parceiro (a) teve um osso quebrado por causa de uma briga comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
57	Ameacei meu parceiro (a) para que fizesse sexo oral ou anal comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
58	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
59	Sugeri um acordo para resolver uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0
60	Ele (a) sugeriu um acordo para resolver uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0
61	Queimei ou derramei líquido quente em meu parceiro (a) de propósito.	1 2 3 4 5 6 7 0
62	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0

63	Insisti para que meu parceiro (a) fizesse sexo oral e anal comigo (sem usar força física).	1 2 3 4 5 6 7 0
64	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
65	Acusei meu parceiro (a) de ser “ruim de cama”.	1 2 3 4 5 6 7 0
66	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
67	Fiz coisas para ofender ou perturbar meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
68	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
69	Ameacei jogar ou bater com alguma coisa em meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
70	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
71	Senti dores no corpo no dia seguinte por causa de uma briga que tive com meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
72	Ele (a) sentiu dores no corpo no dia seguinte por causa de uma briga que teve comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
73	Chutei meu parceiro (a).	1 2 3 4 5 6 7 0
74	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
75	Fiz ameaças para que meu parceiro (a) fizesse sexo comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
76	Ele (a) fez isso comigo.	1 2 3 4 5 6 7 0
77	Concordei em tentar a solução que meu parceiro (a) sugeriu para resolver uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0
78	Ele (a) concordou em tentar a solução que eu sugeri para resolver uma discussão.	1 2 3 4 5 6 7 0

22. Você presenciou recentemente algum ato de violência contra a mulher?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

23. Quem era a vítima da violência que você presenciou?

1. ☐ Mãe 2. ☐ Irmã 3. ☐ Filha 4. ☐ Avó 5. ☐ Outra Familiar
 6. ☐ Amiga 7. ☐ Conhecida 8. ☐ Desconhecida

24. Quem era o agressor(a)? _____

25. Sua infância ou adolescência você presenciou algum ato de violência contra uma mulher?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

26. Quem era a vítima da violência que você presenciou na sua infância ou adolescência?

1. ☐ Mãe 2. ☐ Irmã(o) 3. ☐ Filha(o) 4. ☐ Avó(o) 5. ☐ Outra Familiar
 6. ☐ Amiga(o) 7. ☐ Conhecida(o) 8. ☐ Desconhecida

27. Quem praticava a violência?

1. ☐ Pai 2. ☐ Mãe 3. ☐ Irmão 4. ☐ Irmã 5. ☐ Avô 6. ☐ Avó
 7. ☐ Outro Familiar 8. ☐ Amigo 9. ☐ Conhecido 10. ☐ Desconhecido

28. Com que frequência você presenciava situações de violência contra a mulher?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre
 3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐ Diariamente

29. Sabia qual era o motivo que esta violência acontecia?

30. Neste momento você está sofrendo algum tipo de violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

31. **A violência física** é qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Você já sofreu violência física?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não **(Se a resposta for não pular para pergunta 43)**

32. Seu agressor(a) acusava você de ser culpada pela violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

33. Do que seu agressor(a) lhe acusava? _____

34. Depois da violência o agressor(a) pedia desculpas e prometia que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

35. Você desculpava o agressor?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

36. Tinha algum motivo para você desculpar o agressor?

37. Com que frequência ele voltava a ser violento depois de ter pedido desculpas e prometer que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

38. Quanto tempo você está sofrendo ou sofreu este tipo de violência? _____

39. Sabe qual motivo deste tipo de violência que acontecia ou acontece com você? _____

40. Quem era o agressor(a)?

1. ☐ Marido ou companheiro(a) 2. ☐ Namorado(a) 3. ☐ Pai 4. ☐ Filho
5. ☐ Enteado 6. ☐ Outro Familiar 7. ☐ Ex-companheiro(a) 8. ☐

Desconhecido

41. Com que frequência você sofreu violência física?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre
3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐

Diariamente

42. Atualmente está sofrendo violência física por parte de seu parceiro(a)?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

43. **A violência psicológica** é qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que controle seus comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir. Você já sofreu violência psicológica?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não **(Se a resposta for não pular para pergunta 55)**

44. Seu agressor(a) acusava você de ser culpada pela violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

45. Do que seu agressor(a) lhe acusava? _____

46. Depois da violência o agressor(a) pedia desculpas e prometia que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

47. Você desculpava o agressor?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

48. Teria algum motivo para você desculpava o agressor?

49. Com que frequência ele voltava a ser violento depois de ter pedido desculpas e prometer que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

50. Quanto tempo você está sofrendo ou sofreu este tipo de violência? _____

51. Sabe qual motivo deste tipo de violência acontecia ou acontece com você? _____

52. Quem era o agressor(a)?

1. ☐ Marido ou companheiro(a) 2. ☐ Namorado(a) 3. ☐ Pai 4. ☐ Filho

5. ☐ Enteado 6. ☐ Outro Familiar 7. ☐ Ex-companheiro(a) 8. ☐

Desconhecido

53. Com que frequência você sofreu violência psicológica?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre
3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐
Diariamente

54. Atualmente está sofrendo violência psicológica por parte de seu parceiro(a)?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

55. **A violência sexual** é qualquer conduta que a força a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada (com ou sem penetração), mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação. Você já sofreu violência sexual?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. **(Se a resposta for não pular para pergunta 67)**

56. Seu agressor(a) acusava você de ser culpada pela violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

57. Do que seu agressor(a) lhe acusava? _____

58. Depois da violência o agressor(a) pedia desculpas e prometia que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

59. Você desculpava o agressor?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

60. Teria algum motivo para você desculpava o agressor?

61. Com que frequência ele voltava a ser violento depois de ter pedido desculpas e prometer que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

62. Quanto tempo você está sofrendo ou sofreu este tipo de violência? _____

63. Sabe qual motivo deste tipo de violência acontecia ou acontece com você? _____

64. Quem era o agressor(a)?

1. ☐ Marido ou companheiro(a) 2. ☐ Namorado(a) 3. ☐ Pai 4. ☐ Filho

5. ☐ Enteado 6. ☐ Outro Familiar 7. ☐ Ex-companheiro(a) 8. ☐

Desconhecido

65. Com que frequência você sofreu violência física?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre

3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐

Diariamente

66. Atualmente está sofrendo violência sexual por parte de seu parceiro(a)?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

67. **A violência patrimonial** é qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Você já sofreu violência patrimonial?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. **(Se a resposta for não pular para pergunta 79)**

68. Seu agressor(a) acusava você de ser culpada pela violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

69. Do que seu agressor(a) lhe acusava? _____

70. Depois da violência o agressor(a) pedia desculpas e prometia que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

71. Você desculpava o agressor?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

72. Teria algum motivo para você desculpava o agressor?

73. Com que frequência ele voltava a ser violento depois de ter pedido desculpas e prometer que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

74. Quanto tempo você está sofrendo ou sofreu este tipo de violência? _____

75. Sabe qual motivo deste tipo de violência acontecia ou acontece com você? _____

76. Quem era o agressor(a)?

1. ☐ Marido ou companheiro(a) 2. ☐ Namorado(a) 3. ☐ Pai 4. ☐ Filho
5. ☐ Enteado 6. ☐ Outro Familiar 7. ☐ Ex-companheiro(a) 8. ☐

Desconhecido

77. Com que frequência você sofreu violência física?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre
3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐

Diariamente

78. Atualmente está sofrendo violência patrimonial por parte de seu parceiro(a)?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

79. **A violência moral** é qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Você já sofreu violência moral?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não **(Se a resposta for não pular para pergunta 91)**

80. Seu agressor(a) acusava você de ser culpada pela violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

81. Do que seu agressor(a) lhe acusava? _____

82. Depois da violência o agressor(a) pedia desculpas e prometia que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

83. Você desculpava o agressor?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

84. Teria algum motivo para você desculpava o agressor?

85. Com que frequência ele voltava a ser violento depois de ter pedido desculpas e prometer que não aconteceria novamente?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

86. Quanto tempo você está sofrendo ou sofreu este tipo de violência? _____

87. Sabe qual motivo deste tipo de violência acontecia ou acontece com você?

88. Quem era o agressor(a)?

1. ☐ Marido ou companheiro(a) 2. ☐ Namorado(a) 3. ☐ Pai 4. ☐ Filho
5. ☐ Enteado 6. ☐ Outro Familiar 7. ☐ Ex-companheiro(a) 8. ☐

Desconhecido

89. Com que frequência você sofreu violência física?

1. ☐ De uma à três vezes ao ano 2. ☐ De uma à três vezes por semestre
3. ☐ De uma à três vezes por mês 4. ☐ De uma à três vezes na semana 5. ☐

Diariamente

90. Atualmente está sofrendo violência moral por parte de seu parceiro(a)?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

91. Frente às situações de violência, o que você fez?

1. ☐ Enfrentou o agressor
2. ☐ Contou para parentes e amigos
3. ☐ Saiu de casa e pediu ajuda para parentes e amigos
4. ☐ Pediu ajuda em sua igreja

5. ☐ Contou para um advogado
6. ☐ Denunciou na delegacia da mulher
7. ☐ Contou para profissional de saúde
8. ☐ Contou para profissional da assistência Social
9. ☐ Não fez nada

92. Alguém socorreu ou ajudou você nesta situação?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Quem? _____

93. Com relação ao seu parceiro(a) que comete violência com você:

1. ☐ Você pretende continuar com ele (a)
2. ☐ Você pretende sair de casa
3. ☐ Você já saiu de casa
4. ☐ Pretende pedir para ele(a) sair de casa
5. ☐ Ele saiu de casa
- Porque? _____

94. Já fez alguma vez denuncia na delegacia?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Quando? _____

95. Se houve denúncia em delegacia, como foi o atendimento?

1. ☐ Péssimo 2. ☐ Ruim 3. ☐ Regular 4. ☐ Bom 5. ☐ Ótimo

96. Quantas vezes você já denunciou na delegacia? _____

97. Quem você denunciou?

1. ☐ Parceiro(a) Atual 2. ☐ Ex-Parceiro(a) 3. ☐ Outra pessoa.
Quem? _____

98. Alguma vez você retirou a queixa na delegacia?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Quantas vezes _____

99. Caso você já tenha retirado a queixa, comente o que levou você a fazer isto? _____

100. Seu Parceiro(a) já foi preso por cometer violência contra você ou outra mulher?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Já foi denunciado, mas não foi preso 3. ☐ Sim, uma vez
4. ☐ Sim, outras vezes 5. ☐ Não sei

101. Você teme pela sua segurança e/ou de seus filhos?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

102. Você já se sentiu culpada pela violência acontecer?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

103. Onde você mora é normal uma mulher sofrer violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

104. Você considera normal uma mulher sofrer violência?

1. ☐ Nunca 2. ☐ As vezes 3. ☐ Sempre

105. Você já participou de algum curso ou palestra que abordavam o tema da violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

Que curso ou palestra? _____

Onde? _____

106. Você já recebeu atendimento de algum profissional para lidar com questões associadas à violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Que profissional lhe atendeu? _____

Como foi o atendimento? _____

107. Você deseja ser encaminhada para atendimento psicológico?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

108. Você gostaria de ter orientação jurídica, feita por um advogado?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

109. Homem deve tomar iniciativa no namoro

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

110. Cuidado dos filhos é tarefa da mulher

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

111. Marido que manda na mulher

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

112. Responsabilidade de evitar filhos é da mulher

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

113. Sustento da casa é tarefa do homem

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

114. Homem precisa de mais sexo que a mulher

1. ☐ Discordo 2. ☐ Discordo parcialmente 3. ☐ Concordo parcialmente 4. ☐ Concordo totalmente

Como sente durante a relação sexual:

115. Sente prazer quando está tendo relação sexual?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

116. Se sente à vontade para se masturbar?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

117. Quando você tem relações sexuais, com que frequência pede ao seu parceiro para fazer coisas que você gosta?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

118. O quanto se sente à vontade para tocar o seu próprio corpo

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

119. Você sabe o que fazer caso alguma mulher sofra violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

120. Se uma mulher sofrer algum tipo de violência, o que ela deve fazer?

1. ☐ ligar para polícia 2. ☐ chamar vizinha 3. ☐ contar para o médico 4. ☐ pedir ajuda para família

5. ☐ nada 6. ☐ outra: _____

121. Se já passou por violência, teria vergonha de contar para alguém?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

122. Para quem contaria

1. ☐ vizinha 2. ☐ médico 3. ☐ Assistente social 4. ☐ enfermeira
5. ☐ Agente Comunitária 6. ☐ família. 7. ☐ Outra 8. ☐ Ninguém

123. Você sabe se existe delegacia da mulher na sua cidade?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

123.1 Você sabe onde fica a delegacia da mulher na sua cidade?

1. ☐ Sim

2. ☐ Não

Local:

124. Conhece alguma ONG em que possa buscar ajuda, caso sofra violência?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Qual? _____

125. Algum serviço público?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não. Qual? _____

126. Se sente capaz de pedir ajuda?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

127. Se sente capaz de contar para alguém?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

128. Se sente capaz de chamar a polícia?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

129. Se sente capaz de pedir ajuda para dividir tarefas de casa?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

130. Se sente capaz de negociar com seu parceiro cuidados com os filhos

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

131. Se sente capaz de conversar sobre sexualidade

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre

132. Se sente capaz de pedir para fazer alguma atividade diferenciada em família?

1. ☐ Nunca 2. ☐ Às vezes 3. ☐ Na maioria das vezes 4. ☐ Sempre